

34 coleção primeiros passos

José Paulo Netto  
O QUE É  
STALINISMO

editora brasiliense

4.<sup>a</sup>  
edição



José Paulo Netto

# O QUE É STALINISMO

1.<sup>a</sup> edição 1981

4.<sup>a</sup> edição

brasiliense  
  
1986



Copyright © José Paulo Netto

*Capa:*

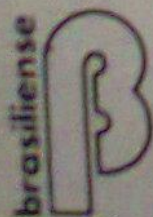
123 (antigo 27)  
Artistas Gráficos

*Caricaturas:*

Emílio Damiani

*Revisão:*

José E. Andrade



**Editora Brasiliense S.A.**

R. General Jardim, 160

01223 — São Paulo — SP

Fone (011) 231-1422



## ÍNDICE

– Introdução .....	7
– Stalin .....	10
– O projeto socialista revolucionário e a revolução russa .....	19
– O período autocrático-stalinista .....	32
– Relações com o movimento comunista .....	48
– Aspectos políticos e culturais .....	59
– Autocracia stalinista e socialismo .....	69
– A natureza do fenômeno stalinista .....	78
– O fenômeno stalinista e os comunistas brasileiros .....	90
– Indicações para leitura .....	96





*Para o Caíco e a Condessa,  
meus primeiros passos.*



## INTRODUÇÃO

No vocabulário político, as palavras freqüentemente são imprecisas: o seu sentido varia não só com o tempo, mas ainda com a situação em que se pronunciam e, até mesmo, com a pessoa que as enuncia. O leitor, pela sua própria experiência, sabe como estas coisas se passam. E, com certeza, sabe também como é necessário e importante empenhar-se na identificação e no conhecimento do verdadeiro significado dos termos que se utilizam.

Pois bem: no debate entre pessoas de *direita* e de *esquerda* (eis aí duas palavras cujo sentido já não é muito claro. . . ), ou entre pessoas da *esquerda* mesma, há um termo que se presta a tudo: *stalinismo*. Ele faz referência a realidades tão distintas — ditadura e comunismo, liberdade e totalitarismo, crimes e socialismo, etc. — que chegamos



a suspeitar que não possui qualquer valor.

No entanto, a palavra *stalinismo* (parece que usada pela primeira vez em 1929, por Trotski), na sua ambigüidade, vem sempre relacionada a um dos acontecimentos mais decisivos da história da humanidade — a Revolução de Outubro de 1917, que abriu, com a alternativa da transição socialista, o caminho para a superação da sociedade capitalista. E, bem ou mal, está sempre associada à mais determinante corrente do pensamento moderno — o socialismo revolucionário, cujas bases se encontram na teoria social de Marx. Bastam estes dois motivos para justificar um esforço que esclareça o que é *stalinismo*.

Este pequeno livro constitui, exatamente, uma tentativa deste esclarecimento: sob forma simples e direta, procura fornecer ao leitor os dados mais indispensáveis para compreender a realidade histórica, social e política na qual surge o *fenômeno stalinista*.

Não é preciso dizer que aqui será apresentada *uma* visão do problema. Ao leitor, usando da sua inteligência e capacidade crítica, caberá relativizar e desenvolver esta visão, aprofundando seus conhecimentos para ultrapassá-la, discutindo e estudando.

Aliás, uma das características da visão que propomos consiste em afirmar que o fenômeno stalinista *não* se reduz às questões da personalidade política do dirigente comunista Stalin (por isto, evitamos o uso indiscriminado da palavra *stalinis-*



mo). É claro que a relevância pessoal de Stalin no complexo processo histórico-político que leva o seu nome é grande. Os homens sempre podem desempenhar papéis decisivos nos acontecimentos históricos — afinal, a história não é outra coisa que o resultado, o produto das ações humanas. Contudo, os homens não fazem a história a seu bel-prazer, arbitrariamente: fazem-na em situações muito determinadas, em condições que não escolhem e que escapam a seu controle. Por isto, mais importante que a análise da vida pessoal dos homens é a análise do contexto em que esta vida se desenrola. Conseqüentemente, o nosso estudo do fenômeno stalinista vai centrar-se menos em Stalin do que no quadro geral em que ele viveu, pensou e agiu.

De qualquer forma, como algumas informações biográficas serão úteis para o leitor, é a elas que se dedicam as próximas páginas.



## STALIN

Joseph Vissarionovich Djughashvili nasceu a 21 de dezembro de 1879, em Gori (Geórgia), filho de um sapateiro ex-servo e uma lavadeira. Excelente aluno em um colégio de padres (1888-1893), a mãe destinou-o à carreira sacerdotal: em 1894 ele ingressou no seminário de Tíflis, a capital do Cáucaso.

O seminário, centro de idéias conservadoras, era como um enclave: estava cercado por uma efervescência revolucionária, resultado das agitações operárias produzidas pela industrialização experimentada na cidade. O jovem estudante foi atraído pelos ideais revolucionários, estabeleceu relações com os trabalhadores de Tíflis e deu-se a lógica conclusão: em 1899, os padres o expulsam do seu meio. Pouco depois, o ex-seminarista, que jamais voltará a freqüentar escolas, se casa (a sua



esposa morrerá seis anos mais tarde, deixando-lhe um filho; um novo casamento, do qual nasceram vários filhos, sobrevém em 1918 e dura até 1932, quando a mulher se suicida).

A carreira política do jovem georgiano começa em 1900. Neste ano, no exílio, Lênin cria o período *Iskra* (*A Centelha*), núcleo do futuro partido comunista (bolchevique) russo. O moço aceita as propostas leninistas e, em 1901, passa a integrar a direção revolucionária de Tiflis. Para proteger-se da repressão da polícia política, adota o pseudônimo de *Koba*, que, ulteriormente, será substituído por aquele com o qual entrará na história — *Stalin*.

Preso em 1902, Stalin consegue escapar e retorna às atividades políticas, vivendo na clandestinidade. Em 1904 adere formalmente ao partido fundado um ano antes por Lênin. E, na primeira revolução russa (1905-1907), tem atuação destacada: é o organizador das ações armadas — sabotagens, expropriações bancárias — dos comunistas georgianos. A derrota do movimento revolucionário o lança num ativismo intenso: nos dez anos seguintes, entre prisões e fugas, viaja ao exterior, trava contacto pessoal com Lênin, escreve o seu primeiro texto significativo (*O Marxismo e o Problema Nacional*, 1913) e, já conhecido no aparelho clandestino do partido, é cooptado para o seu comitê central.

Entre as revoluções de fevereiro e outubro de 1917, Stalin desempenha funções importantes —



sempre longe das massas, sempre atuando nas sombras. Neste período, liga-se mais estreitamente a Lênin, trabalha ativamente na preparação da insurreição e é reconfirmado no comitê central por meio de uma eleição. Vitoriosa a revolução, participa do primeiro governo soviético (*soviete* = assembléia, conselho) como presidente do Comissariado das Nacionalidades (os Comissariados, equivalentes a ministérios, eram órgãos colegiados; o cargo de presidente correspondia ao de ministro).

Durante a guerra civil (1918-1920), Stalin se destaca como eficiente organizador. É esta eficiência que lhe possibilita ascender na hierarquia partidária: embora desconhecido do público, conquista espaços na estrutura interna do partido e, em abril de 1922, o XI Congresso designa-o secretário-geral.

Enfeixando em suas mãos uma influência cada vez maior, Stalin começa a agir arbitrária e autoritariamente. Lênin, afastado do governo pela doença, observa o seu comportamento e sugere ao partido a limitação dos seus poderes. Esta providência não é tomada e, logo após a morte de Lênin (janeiro de 1924), Stalin principia a neutralizar os seus concorrentes políticos. Inicialmente, trata-se de um processo não-violento, mas que, pouco a pouco, adquire contornos brutais, que alcançam o limite da criminalidade em 1936-1939, quando dos "julgamentos" de Moscou — encenações mistificadoras que terminam com a execução de inúmeros líderes comunistas.



É nos anos trinta que a concentração do poder soviético pelo grupo dirigente, do qual Stalin é o representante mais notável e visível, dá origem a uma verdadeira *autocracia* (denomina-se assim qualquer forma de dominação política discricionária). A partir de 1936, esta autocracia passa a ter na atividade de Stalin o seu eixo de gravitação: se ele, formalmente, só é nomeado primeiro-ministro da União Soviética em maio de 1941 (poucos dias antes da invasão nazista), desde 1936-1937 já decidia sobre o destino de dezenas de milhões de pessoas.

A heróica resistência do povo soviético à agressão nazista e a sua vital contribuição para a derrota do Eixo conferem a Stalin a estatura de um líder mundial: em 1943 (Teerã) e em 1945 (Ialta) conferencia com Churchill e Roosevelt, praticamente determinando o perfil geopolítico do mundo do imediato pós-guerra.

Concluída a paz, recebe o título de *generalíssimo* e experimenta o ápice do seu prestígio. E é como primeiro-ministro da União Soviética, secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e generalíssimo das forças armadas soviéticas que falece, em Moscou, a 5 de março de 1953.

Entre a sua ascensão ao poder e a sua morte, o mundo assistiu a transformações cruciais: a pobre e atrasada Rússia, primeiro país onde uma revolução proletária triunfou, converteu-se na gigan-



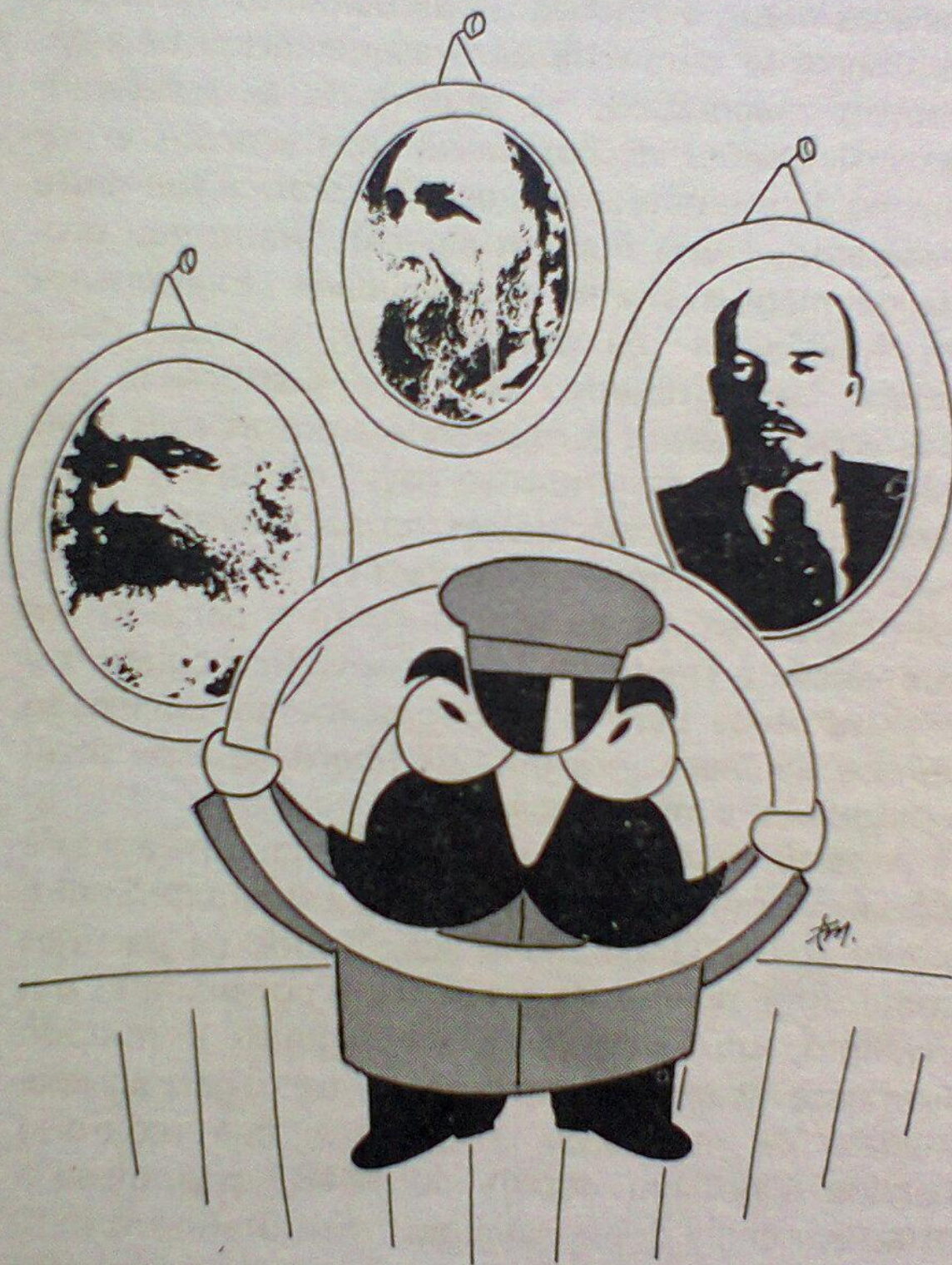
tesca União Soviética, Estado multinacional, segunda potência do globo; graças ao seu empenhamento na guerra de 1939-1945, o fascismo e o nazismo foram derrotados; e os países que romperam com o capitalismo, na direção do socialismo, deixaram de ser ilhas cercadas pelo imperialismo para constituir um bloco sócio-político e econômico que reúne um terço da humanidade.

Em todo este processo, cuja resultante maior foi a afirmação do socialismo como alternativa viável para o progresso social, a intervenção de Stalin foi efetiva. Como efetivo foi o seu custo humano: os métodos empregados notabilizaram-se pela brutalidade. Independentemente de qualquer avaliação, o que agora importa assinalar é que a atividade e as concepções stalinistas vincularam-se profundamente àquelas transformações.

No que toca às concepções teóricas de Stalin, pode-se assegurar que elas não trouxeram nenhum subsídio original ao pensamento socialista revolucionário. Embora tenha escrito muito, poucas de suas obras merecem citação (*Socialismo ou Anarquismo?*, *O Marxismo e o Problema Nacional*, *As Bases do Leninismo*, *Os Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*) e tudo indica que o seu conhecimento dos textos de Marx era bastante precário.

Ao contrário dos líderes mais salientes da Revolução de Outubro (Lênin, Trotski, Bukharin, Lunatcharski), Stalin não possuía talento teórico;





*Em Stalin os militantes comunistas de todo o mundo foram levados a ver o "quarto clássico do marxismo".*



nas suas mãos, a riqueza do pensamento de Marx e de Engels se convertia num esquemático bê-a-bá. Homem pragmático, os seus dotes se revelavam nas articulações de bastidores, nos acordos e nas intrigas de gabinete: nesta *política prática* (ou neste *praticismo*, como querem alguns), Stalin deu provas de maquiavelismo e genialidade. Exatamente em função do seu pragmatismo, as suas idéias tinham como objetivo básico a justificação das suas ações — assim compreenderemos as suas teses sobre o socialismo “num só país” e sobre o “agravamento da luta de classes no socialismo”. Ademais, o clima intelectual opressivo que se generalizou entre os comunistas durante o período em que esteve à frente do Estado soviético colaborou decisivamente para o empobrecimento do legado teórico de Marx — a falta de liberdade esterilizou a pesquisa e a investigação.

A partir de meados dos anos trinta, uma aura de glória e admiração cega envolveu a figura de Stalin, e não só na União Soviética. Todos os partidos comunistas do mundo passaram a considerá-lo um exemplo, um modelo a ser seguido e imitado (somente os grupos trotskistas e os frágeis agrupamentos de inspiração *conselhistas*, bem como o partido iugoslavo depois de 1948, negaram-se a esta reverência quase religiosa). Em Stalin, os militantes comunistas de todo o mundo foram levados a ver “o guia genial dos povos”, “o grande líder do proletariado”, “o quarto clássico do marxismo”



(com seu nome nivelado aos de Marx, Engels e Lênin). Aqueles que o criticavam acabaram marginalizados ou silenciados de uma maneira ou outra (todas as evidências sugerem que Trotski foi assassinado, em 1940, no México, por ordem sua).

Por isto mesmo, surpreenderam-se os comunistas em 1956: no XX Congresso do PCUS, Nikita Krushev apresentou um *relatório secreto*, rompendo parcialmente o véu de adoração a Stalin. A perplexidade tomou conta do movimento comunista: sem colocar em dúvida a importância de Stalin na consolidação da Revolução de Outubro, Krushev criticou duramente os métodos stalinistas e revelou erros, crimes e falsificações históricas cometidos por Stalin. De acordo com Krushev, Stalin deformou o pensamento de Marx, Engels e Lênin e instaurou no partido e na sociedade soviéticos um estilo político antidemocrático. Na interpretação de Krushev (que, até hoje, é a dominante e oficial na maioria dos partidos comunistas), esses "desvios" e "deformações" tiveram a sua origem no "culto à personalidade" de Stalin — um déspota que se impôs ao partido.

Esta teoria do "culto à personalidade" não é falsa, já que realmente Stalin foi objeto de um verdadeiro culto. Mas ela é insuficiente para explicar o fenômeno stalinista. Não se pode reduzir a problemática histórica a questões de personalidades, por mais importantes que estas sejam.



As páginas seguintes procurarão oferecer ao leitor alguns elementos que atestam que o "culto à personalidade" é, em si mesmo, uma consequência de vários condicionamentos históricos e sociais.





## O PROJETO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO E A REVOLUÇÃO RUSSA

O pensamento socialista revolucionário moderno resulta de condições históricas e componentes teóricos.

As condições históricas são as transformações que, iniciadas na Europa Ocidental por volta dos séculos XV e XVI (a "revolução comercial"), culminarão nas autênticas mutações que marcam a transição do século XVIII ao XIX, resumidas no que se convencionou chamar de *revolução industrial*. Com esta última, as sociedades europeias (com a Inglaterra e a Bélgica à frente) alcançam um novo estágio na sua evolução, que se traduz pelo aparecimento de um estilo de vida inédito, o da civilização urbano-industrial.

Na verdade, a revolução industrial foi um pro-



cesso complexo, compreendendo vários fenômenos interligados, mas distintos. Em primeiro lugar, o incrível desenvolvimento da produção de bens materiais, que tem por causa e conseqüência uma tecnologia insuspeitada, com a aplicação, na indústria, dos avanços científicos. Em segundo lugar, a abundância dos novos produtos cria um mercado de tipo novo, que já não é restrito: o mercado mundial, vinculando entre si regiões geograficamente afastadas (é desnecessário dizer que o progresso dos meios de comunicação desempenha aqui um enorme papel). Em terceiro lugar, ocorrem sensíveis alterações na agricultura: a utilização de máquinas aumenta a produtividade das explorações e libera um contingente de homens que se deslocam para oferecer o seu trabalho às indústrias. Enfim, e conseqüentemente, as cidades tornam-se o centro da vida social: crescem as antigas e aparecem as novas, gravitando em torno das fábricas.

Este é o período do *capitalismo industrial* nascente (também denominado capitalismo *clássico*, *liberal* ou *concorrencial*). Socialmente, ele se caracteriza por uma estrutura de classes polarizada pela burguesia, no topo, e pelo proletariado, na base. Esta estrutura de classes (que desloca a do feudalismo, polarizada pela nobreza e pelo campesinato servil) vai implicar uma nova organização política da sociedade, assentada no princípio da representação dos interesses dos cidadãos (ao con-



trário do que ocorria no feudalismo, quando o poder do monarca assentava no "direito divino").

Todas estas transformações económicas, sociais e políticas significaram um grandioso progresso na evolução da humanidade e se realizaram sob o signo do ciclo revolucionário da burguesia (tipificado classicamente na Revolução Francesa). Trata-se do processo pelo qual surge a sociedade burguesa, com a sua igualdade formal e legal de todos os homens e a sua desigualdade real e escandalosa entre os que possuem os meios de produção (fábricas, terras, usinas, etc.) e os que só têm de seu a sua força de trabalho (trabalhadores rurais e urbanos, assalariados em geral). Em meados do século XIX, na Europa Ocidental, esta sociedade já está consolidada, apesar das suas contradições, antagonismos e crises — sempre acompanhadas de revoltas das massas trabalhadoras. Com as suas injustiças e problemas sociais, a sociedade burguesa constitui o terreno onde brota o pensamento socialista revolucionário.

No entanto, este pensamento não emerge do vazio: parte de componentes teóricos que, eles também, se articularam durante o ciclo revolucionário da burguesia. Fundamentalmente, são três estes componentes: a economia política, o método dialético e o socialismo utópico. Os economistas ingleses (A. Smith, D. Ricardo) descobriram que o valor das riquezas produzidas pelos homens só é explicável pelo trabalho, ou seja:



mostraram que somente a atividade dos trabalhadores cria valores econômicos. A filosofia clássica alemã, com Hegel, foi capaz de perceber que a realidade é sempre um processo dinâmico, com uma lógica própria dinamizada por contradições. E os pensadores franceses (Saint-Simon, Fourier), criticando a irracionalidade da sociedade burguesa, construíram modelos ideais e imaginários de sociedades justas e harmoniosas.

À base destas fontes e de pesquisas originais e criativas sobre a sociedade burguesa, pôde-se operar uma genuína revolução teórica: pôde-se elaborar um modo totalmente novo de conceber a história, a sociedade e a cultura. Desta elaboração resultou a moderna teoria social, criação de Karl Marx (com as contribuições de F. Engels).

A teoria social de Marx, núcleo do pensamento socialista revolucionário, é a análise e a crítica da sociedade burguesa. A partir do estudo da realidade social do seu tempo, Marx compreendeu como funciona esta sociedade. Verificou que os interesses da burguesia e os do proletariado (representantes, respectivamente, do capital e do trabalho), são irreconciliáveis, expressando politicamente, nas lutas de classes, as contradições entre as relações de produção (as formas pelas quais se organizam e se distribuem a propriedade, o poder econômico e político, a riqueza) e as forças produtivas (a potencialidade inesgotável do trabalho, da tecnologia e da ciência). Observou, ainda, que as crises econô-

mi  
fur  
E,  
lisr  
for  
um  
rela  
mi  
soc  
soc  
urb  
inc  
con  
for  
(tr  
bu  
zaç  
as  
rel  
me  
da  
soc  
tra  
des  
soc  
o  
est  
no  
—



micas periódicas fazem parte, necessariamente, do funcionamento do sistema burguês, o capitalismo. E, enfim, constatou que a manutenção do capitalismo supõe uma democracia muito restrita, quase formal — constatou que a dominação burguesa é uma disfarçada ditadura de classe.

Estas considerações teóricas, mais o estudo das relações entre as classes sociais do seu tempo, permitiram a Marx (e a Engels) formular um projeto socialista, capaz de conduzir a uma nova forma societária. Nesta projeção, caberia ao proletariado urbano organizar-se politicamente (em partidos independentes da burguesia) para dar uma direção consciente às lutas de classes e, acumuladas as forças necessárias, deflagrar uma revolução social (transformação). Esta consistiria em arrebatado à burguesia o poder político e econômico: as organizações da classe operária tomariam em suas mãos as instituições de governo e administração, o aparelho de Estado e, em seguida, socializariam os meios de produção (isto é: suprimiriam a propriedade privada destes meios), reestruturando a vida social, de modo que, depois de um período de transição — a transição socialista, o socialismo —, desaparecessem não só as diferenças de classes sociais e as próprias classes sociais, mas também o poder político (o Estado) como tal. Vencida esta transição, estaria dado o fundamento para a nova forma de convivência social, o *comunismo* — patamar a partir do qual os homens construi-



riam livre e conscientemente a sua história.

Porque era um teórico e não um sonhador, Marx não se preocupou em elaborar modelos acabados. Sempre se limitou a definir os pressupostos e a característica geral da evolução para o comunismo. Na sua análise, a revolução proletária seria um fenômeno mundial iniciado nos países mais avançados: ela pressupunha um alto grau de desenvolvimento do capitalismo industrial e uma classe operária numericamente grande, organizada politicamente e dotada de lideranças revolucionárias (cuja vanguarda seria constituída pelos comunistas). Como característica geral, ele ressaltava uma ampla democratização da vida social, com a participação plena das massas trabalhadoras nas decisões políticas já no período de transição, quando o aparelho de Estado, dirigido contra a burguesia, sob a forma da *ditadura do proletariado*, sofreria modificações substanciais para antecipar a sua própria extinção.

Reconhecendo que a história é um processo sempre rico e surpreendente, Marx negou-se sistematicamente a dar "receitas" de revolução. Mas sabia que as idéias só são eficazes quando assumidas por grandes grupos de homens. Por isto, uniu à sua atividade teórica a intervenção política: vinculou-se às lideranças operárias mais avançadas do seu tempo e contribuiu para que elas se organizassem (com o seu apoio, surgiu em 1864 e perdeu até 1876 a Associação Internacional dos

Trab  
Prim

A  
na t  
entre  
anos  
da l  
supla  
do s  
quis

C  
vand  
anos  
estác  
de e  
lizaç  
nova  
guês  
diçõ  
algu  
de c  
vigo  
crac  
sa  
mei  
uma  
C  
muc  
dên  
no



Trabalhadores, posteriormente conhecida como *Primeira Internacional*).

A pouco e pouco, o projeto socialista fundado na teoria social de Marx foi ganhando influência entre o movimento operário. E já nos primeiros anos do nosso século, graças ao trabalho da *Segunda Internacional* (criada em 1889), as suas idéias suplantavam as do socialismo estatal de Lassalle, do socialismo reformista de Proudhon e do anarquismo de Bakunin.

Contudo, o capitalismo evoluía: embora conservando os seus traços mais essenciais, já nos últimos anos do século passado ele ingressava num novo estágio, o do monopolismo (que Lênin chamará de estágio imperialista). A concentração e a centralização dos capitais e a exploração neocolonial de novas áreas periféricas permitem ao sistema burguês reduzir, a curto prazo, o peso das suas contradições. De um lado, ele neutralizou a oposição de algumas camadas operárias, distribuindo privilégios; de outro, ele se firmou tornando mais complexo e vigoroso o aparelho de Estado, estimulando a burocracia e o militarismo. Assim, a dominação burguesa experimentou um fortalecimento, tanto por meio de uma maior integração social quanto por uma maior capacidade de repressão.

O movimento operário foi afetado por estas mudanças. No seu interior, reforçaram-se as tendências não-revolucionárias, *reformistas*. E mesmo no bojo dos próprios partidos que se inspiravam



em Marx (então denominados partidos social-democratas) surgiram correntes que abandonaram a perspectiva da revolução — a mais importante delas, liderada por Bernstein, será conhecida como *revisionista*.

É neste contexto que a Europa vive a sua primeira guerra imperialista, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As lideranças operárias mais significativas, aglutinadas na Segunda Internacional, renderam-se às suas burguesias nacionais e não se articularam internacionalmente. Por isto, mesmo havendo uma conjuntura favorável à revolução no imediato pós-guerra, todas as insurreições operárias foram abortadas (Alemanha, 1918-1919 e 1921; Hungria, 1919; Itália, 1919-1920). A revolução triunfaria, paradoxalmente, no país onde os pressupostos visualizados por Marx eram os mais frágeis: na atrasada Rússia dos czares.

Desde que, em 1903, criou o partido revolucionário russo (o *Partido Social-Democrata Operário Russo*, bolchevique), Lênin apostava na revolução russa como um momento da revolução europeia e mundial — mais exatamente, ele tinha sempre como referencial a revolução na Alemanha. Da sua análise da sociedade russa — empreendida em 1899 —, Lênin concluía que, embora com uma economia já sobredeterminada pelo capitalismo, a Rússia carecia de uma revolução burguesa: o emergente capitalismo russo não modernizava as instituições sócio-políticas czaristas, de marcado ranço



feudal (mas de um feudalismo muito específico, incomparável ao que dominou a Europa Ocidental). Levando em conta o atraso, a miséria, a barbárie russas — o que chamava de asiaticismo —, Lênin entendia que o pequeno proletariado russo deveria organizar-se para “empurrar” a burguesia para a sua revolução, que abriria o caminho indispensável para o ulterior desenvolvimento do próprio proletariado.

No entanto, aos acontecimentos de 1905-1907 — a primeira revolução russa, na qual a burguesia demonstrou a sua incapacidade revolucionária — o que se seguiu foi o reforço da opressão czarista. E a sobrevivência dos revolucionários leninistas só foi possível graças à forma peculiar do partido criado por Lênin: o partido de novo tipo constituído por revolucionários profissionais unidos em torno do centralismo democrático — princípio organizativo que, exigindo a máxima participação democrática na tomada de decisões, implicava uma disciplina rigorosamente rígida na execução de ações.

A entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial revelou o descalabro do regime czarista: à opressão política somou-se uma crise econômica estrutural, tornando-se desesperadora a situação das massas trabalhadoras. O estopim da insurreição estava em todas as partes. Face a esta conjuntura, Lênin não vacilou: conduziu o seu partido para a via da revolução. Não tinha ilusões de efetivar a transição socialista exclusivamente nos limites da Rússia; mas,



no quadro do imperialismo, estava convencido de que a ruptura inicial com o capitalismo dar-se-ia mais facilmente em um país atrasado (que funcionaria como "o elo mais fraco" da corrente imperialista).

A crise russa atinge um ponto culminante em fevereiro (segundo o calendário ocidental, março) de 1917: o movimento popular, que conta com o apoio de setores militares descontentes com a guerra, pressiona, há grandes manifestações de massa e o czar é deposto — mas segmentos da burguesia controlam a situação e constituem o governo Kerenski. Inaugura-se então o primeiro período de democracia política em toda a história da Rússia: há ampla circulação de idéias, os partidos políticos se organizam livremente. Mas logo surgem problemas: em julho-agosto, frações da burguesia unem-se a camadas aristocráticas e tentam um golpe restaurador, com o general Kornilov à frente. O fracasso da intentona estimula o partido de Lênin a preparar uma nova insurreição, que eclode e se torna vitoriosa a 25 de outubro (segundo o calendário ocidental, 7 de novembro): instala-se nesta data o governo dos soviets de operários, soldados e camponeses, presidido por Lênin.

A tomada do poder se realizou sem grandes violências. Mas os primeiros tempos da sua consolidação serão terríveis: combatendo um inimigo brutal, os revolucionários russos ver-se-ão obrigados a se valer de métodos também brutais.

O primeiro objetivo do governo revolucionário

foi a  
seguir  
Entre  
logo  
venç  
der r  
mina  
deze  
privi  
voluc  
de o  
gel),  
terro  
Esta  
Exér  
terro  
anos  
M  
1918  
civil)  
çada  
se re

Colhe  
(em )

Área  
decia  
1,9 h



foi alcançar a paz com a Alemanha, o que se conseguiu com o acordo de Brest-Litovsk (1918). Entretanto, a paz interna não foi conquistada: logo explode a guerra civil, concomitante à intervenção de tropas estrangeiras — contra o novo poder revolucionário se colocam as antigas classes dominantes, apoiadas militarmente por mais de uma dezena de países capitalistas. E a reação dos antigos privilegiados foi uma luta encarniçada contra os revolucionários: unidades do exército, sob o comando de oficiais reacionários (Denikin, Kornilov, Vrangél), auxiliadas por tropas estrangeiras, levaram o terror às mais diversas regiões da Rússia. O novo Estado é compelido a responder com violência: o Exército Vermelho (criado por Trotski) replica ao terror reacionário com firmeza e impiedade e, três anos depois, impõe-se em toda a Rússia.

Mas sete anos ininterruptos de guerras (1914-1918, contra a Alemanha, e 1918-1920, guerra civil) devastaram o país. O estado da Rússia, alcançada a paz externa e interna, pode ser avaliado se se recordam as cifras da sua agricultura:

	<i>Média 1909-1913</i>	<i>1920</i>	<i>1921</i>
<i>Colheita de cereais</i> (em puds; 1 pud = 16 kg)	4 079	1 738	1 617
Área cultivada (em <i>deciatinas</i> ; 1 <i>deciatina</i> = 1,9 ha)	81,2	56,8	49



Os dados referentes à produção industrial do país também ilustram a sua ruína: se se toma o índice 100 para o ano de 1914, em 1921 a produção de carvão caíra para 30,8, a de petróleo para 42,7 e a de ferro para 1,6.

Ademais, a guerra, a fome e as epidemias dizimaram quase 13 milhões de pessoas: de uma população de 164,8 milhões de habitantes, em 1913, a Rússia caiu para 152,3 milhões, em 1922. Milhares de pessoas, especialmente técnicos e intelectuais, emigraram. O despovoamento das cidades foi enorme (um exemplo: Petrogrado, em 1916, contava com 2 415 000 habitantes; em 1920, este número era de 740 000). Em todo este processo, porém, a classe mais atingida foi o proletariado: se, em 1913, a indústria reunia 3 500 000 operários, em 1922 eles não eram mais que 1 118 000.

Esta conjuntura desoladora impôs aos revolucionários medidas de força. Durante a guerra civil, a economia esteve sob o regime do "comunismo de guerra": toda a produção era confiscada pelo Estado. No plano político, os revolucionários foram levados a suprimir os outros partidos e, no interior do seu próprio, a reduzir o espaço democrático — o X Congresso, em 1921, proibia a existência de facções.

Em poucas palavras: em 1921, a Rússia estava pacificada e possuía um Estado a serviço do proletariado. No entanto, além das enormes dificuldades econômicas, dos problemas sociais avassala-

dores  
quest  
nários  
da qu  
elem  
funçõ  
como  
se em  
rocr  
Co  
lucio  
têm  
há d  
prole  
prior  
cular  
seus  
triali  
E  
alter  
bém  
últim  
de s  
luçã  
exp  
cap  
ras



dores e de uma população exausta, uma outra questão obstaculizava os projetos dos revolucionários: a massa operária fora tão duramente atingida que quase desapareceu como classe — os seus elementos mais esclarecidos foram deslocados para funções no partido ou no aparelho de Estado. E como estes dois se confundiam, começou a formar-se em ambos uma camada de dirigentes que se burocratizava.

Como se constata, as condições em que os revolucionários bolcheviques chegam ao poder nada têm em comum com as expectativas de Marx: não há desenvolvimento capitalista industrial, não há proletariado numeroso. Neste contexto, a tarefa prioritária dos revolucionários é menos a de articular a transição socialista do que a de criar os seus pressupostos (em primeiro lugar, a industrialização).

Evidentemente, este quadro seria radicalmente alterado se a revolução eclodisse e triunfasse também no Ocidente desenvolvido. Lênin, até seus últimos dias, via nesta possibilidade a alternativa de salvação do novo regime soviético. Mas a revolução não ocorreu na Europa Ocidental — e a experiência russa, isolada e sabotada pelos países capitalistas, teve que se desenrolar nas suas fronteiras nacionais.



## O PERÍODO AUTOCRÁTICO-STALINISTA

Acabamos de ver como era terrível a situação russa no momento mesmo em que os bolcheviques conquistam a paz externa e interna. Extenuada e dessangrada, a Rússia soviética, bloqueada pelos países capitalistas, sem capitais, tecnologia e mão-de-obra, com a sua economia arrasada, empreende o áspero caminho da reconstrução econômico-social.

Em 1921, o problema nacional central era o da recuperação econômica — o índice do desespero do país é eloqüente: naquele ano, 36 milhões de pessoas não tinham o que comer. Numa situação assim, qualquer ordem social corre perigo (aliás, em março do mesmo ano, o governo revolucionário teve que reprimir com violência a *revolta de Kronstadt*). Nas novas e ruinosas condições da paz,



o "comunismo de guerra" revelava-se insuficiente: era preciso estimular mais efetivamente os mecanismos econômicos da sociedade. Assim, ainda em 1921, no X Congresso do partido, Lênin propõe um plano econômico de emergência: a *Nova Política Econômica* (NEP). Tratava-se de uma "abertura" na economia, com várias concessões ao capitalismo — permitia o comércio privado e devolvia algumas fábricas, expropriadas durante a guerra civil, a seus antigos donos.

A implementação da NEP (contra a qual se colocou uma parcela do partido, a oposição de esquerda, liderada por A. Kollontai) era inevitável, se se quisesse promover uma rápida dinamização da economia. Com ela, introduzia-se uma franca competição entre o setor socializado da economia, sob controle estatal, e o setor privado, agora estimulado. Mas, ao mesmo tempo, ela continha perigos potenciais: a médio prazo, fortaleceria uma nova pequena burguesia. Lênin e seus camaradas avaliaram todas as implicações da NEP e, sem outras alternativas viáveis, adotaram-na como solução transitória.

Além disto, Lênin preocupava-se então com outras questões também prioritárias, embora de outra natureza — de natureza política. Os golpes sofridos pela classe operária fizeram com que o grosso da população russa ativa economicamente se concentrasse no campo, onde os camponeses ricos (*kulaks*) sabotavam a revolução. Este fato,



mais a necessidade de colocar os elementos operários nos organismos administrativos do partido e do Estado, começava a alterar a natureza proletária de ambos — e nem o partido nem o Estado eram vigiados e controlados por uma classe operária forte e organizada. O partido, aliás, crescera muito; eis a evolução dos seus efetivos:

fevereiro de 1917 .....	30 000
julho de 1917 .....	240 000
1920 .....	611 978
1921 .....	730 000.

Entre outras razões, este crescimento se explica por um óbvio oportunismo: muita gente aderiu ao partido da revolução vitoriosa simplesmente para atender a seus interesses pessoais. Prevenindo-se contra os arrivistas, o X Congresso decidiu-se por uma depuração: já em 1922, o número de membros do partido baixava para 515 000. No entanto, os velhos bolcheviques (que estavam no partido desde antes de 1917) representavam apenas 2% deste total.

Compreende-se, neste quadro, que a convivência democrática fosse restringida. Já mencionamos que o X Congresso proibira a existência de facções no partido. Ele decidiu mais: legitimou o grande poder que o pequeno birô político do comitê central detinha desde o período da guerra civil. A partir de então, este núcleo — que deveria



ser apenas um organismo executivo da vontade partidária, expressa pelo comitê central — passou a, de fato, independentizar-se da massa do partido.

Enquanto essas limitações à democracia eram postas como medidas de emergência e transição, Lênin as apoiou. Mas, simultaneamente, fez sérias advertências sobre a sua evolução. Observando que no partido começava a florescer um espírito burocrático e administrativo, chegou a caracterizar o Estado soviético, que se identificava com o partido, como um "Estado proletário com deformações burocráticas". Todavia, não teve tempo para combater essas deformações: doente, afasta-se do governo em janeiro de 1923 e falece um ano depois.

Com a morte de Lênin — o único líder bolchevique capaz de aglutinar em torno de si até as tendências divergentes —, abre-se no interior do partido uma fase de conflitos que só se concluirá em 1929. Trata-se de um complicado jogo de pressões, influências e manobras que não cabe relatar aqui. Interessa apenas ressaltar que o seu desfecho termina com a neutralização política de todos os grupos e personalidades que concorriam com o grupo representado por Stalin — precisamente o grupo que expressava as concepções burocrático-administrativas em crescimento no partido e no Estado.

Num primeiro momento, Stalin alia-se a Zinoviev e Kamenev, constituindo o "triunvirato". Depois, sob pressão de frações que exigem uma



democratização da vida partidária (exigência explicitada pelo "manifesto dos 46", de 1924), os triúnviros inauguram uma breve etapa de liberalização (o "novo rumo"). Entre 1926 e 1927, entretanto, agudiza-se a luta interna: Kamenev e Zinoviev juntam-se a Trotski (a *esquerda bolchevique*) contra Bukharin (o *centro*) e contra Stalin (a *direita*). A partir daí, o grupo stalinista ganha a hegemonia na direção e concentra o seu fogo sobre Trotski, que é expulso do partido, deportado e, enfim (janeiro de 1929), expulso do país.

O pano de fundo de todas as polêmicas estava relacionado às concepções que os diferentes grupos do partido sustentavam sobre o futuro imediato. Trotski e seus companheiros partiam da premissa de que era impossível um socialismo "nacional", restrito às fronteiras russas e, ao mesmo tempo, defendiam para o país o projeto de uma industrialização acelerada. Stalin sustentava que era viável o socialismo "num só país": desde 1924 formulara esta tese (que, em 1925, foi aprovada pelo partido, na evidência do refluxo do movimento operário ocidental e da exaustão do povo russo, que levava a massa da população a preocupar-se com os seus próprios problemas imediatos); quanto aos rumos econômicos, parecia vacilar. Por seu turno, aceitando a teoria stalinista do socialismo "num só país", Bukharin propunha que se avançasse gradualmente na industrialização, desenvolvendo uma

político  
Real  
punha  
compe  
estimu  
privada  
da agr



St



política prudente face aos camponeses.

Realmente, o futuro imediato da economia punha questões seríssimas. O setor socializado competia a duras penas com a economia capitalista estimulada pela NEP. A exploração camponesa privada, sabotando o regime, reprimia a expansão da agropecuária socializada. Um esforço industrial



*Stalin era um quadro, um homem do aparelho.*



acelerado, como o defendido por Trotski, exigiria a transferência de excedentes econômicos da agricultura para a indústria, pressionando o campesinato que, naturalmente, não aceitaria passivamente este ônus.

Enquanto perduraram as lutas intrapartidárias mais agudas, Stalin não manifestou claramente as suas posições — só o fez após a neutralização dos grupos concorrentes. Ao contrário de Trotski, intelectual e grande líder de massas, e de Bukharin, fundamentalmente um ideólogo, Stalin era um *quadro*, um homem do aparelho, da organização partidária forjada na clandestinidade. O seu talento político não germinara nos grandes confrontos ideológicos, mas nos meandros da organização. Previdente e cauteloso, desgastou os seus adversários mais notáveis com sinuosidades, ao mesmo tempo em que se assegurou o controle administrativo e burocrático do partido. Em todo o processo da luta interna, estabeleceu-se entre Stalin e este aparelho partidário uma relação de simbiose. Mas através dele se expressavam menos as condições e as reivindicações da classe operária do que as de um grupo partidário que se erigia em representante da classe. Esta "substituição" da classe pelos seus representantes é um fenómeno que se explica quer pela ausência de uma classe operária forte e organizada, quer pela posição, já referida, do birô político: controlando-o, Stalin e seu grupo detinham uma grande autonomia face

ao próprio  
Some  
tralizar  
o progra  
"num só  
ção acel  
da agric  
do proje  
do, em  
stalinist  
agricult  
classe.

industri  
primeir

Os h  
realiza  
Rússia  
os cam  
não en  
Estado  
com a  
seu gac  
tal é r

Em  
dados  
explor

1

1

1



ao próprio partido.

Somente depois que reuniu condições para neutralizar os seus concorrentes é que Stalin revelou o programa do seu grupo: dada a tese do socialismo "num só país", dever-se-ia proceder à industrialização acelerada, calçada na coletivização compulsória da agricultura (como se vê, há um resgate parcial do projeto de Trotski). O XV Congresso do partido, em dezembro de 1927, aceitou a proposta stalinista: aprovou-se a coletivização forçada da agricultura, objetivando liquidar os kulaks como classe. Na seqüência desta política, e visando à industrialização, é aprovado, dois anos depois, o primeiro plano quinquenal.

Os historiadores reconhecem que é então que se realiza a verdadeira revolução da economia da Rússia soviética. Um terremoto social agita o país: os camponeses resistem à coletivização, lutam para não entrar nos *kolkhozes* (fazendas coletivas); o Estado emprega a força; os camponeses reagem com a sabotagem generalizada: preferem matar o seu gado a enviá-lo aos *kolkhozes*; a violência estatal é redobrada e se fazem deportações massivas.

Em pouco tempo, de fato, os kulaks são liquidados — basta observar como evolui o número das explorações coletivizadas:

1930 .....	5 999 000
1931 .....	13 839 000
1933 .....	15 258 000



Mas o saldo da reação camponesa não é menos impressionante: as colheitas diminuem, reduz-se a área cultivada e o rebanho sofre uma quebra terrível (entre 1929 e 1933, o gado bovino cai de 67,1 milhões de cabeças para 38,6 milhões e o eqüino de 30,7 milhões para 16,6 milhões). Não é preciso dizer que o estrito racionamento de víveres se tornou necessário em todo o país.

Ao mesmo tempo, ultrapassando-se a NEP, o ritmo da industrialização (centrada fundamentalmente na indústria pesada) é ponderável: o primeiro plano quinquenal registrou um aumento anual médio da produção da ordem de 15% e certos setores básicos cresceram significativamente:

	<i>carvão</i>	<i>aço</i>	<i>petróleo</i>	<i>eletricidade</i>
1928	35,5	4,5	11,6	5
1932	64,4	5,9	28,6	13,5

(Carvão, aço e petróleo: milhões de toneladas; eletricidade: milhares de Kw) Em todas as tabelas seguintes, estes produtos serão expressos nestas unidades.)

Com esta verdadeira revolução industrial, que se prolongou nos anos seguintes, transformou-se a face do país: a Rússia começou a entrar na idade contemporânea. Os métodos empregados, contudo, foram brutais: populações inteiras dos campos foram deportadas, as formas do trabalho industrial (envolvendo homens egressos de zonas agrícolas e,

portanto  
fábrica  
inclusive  
proibido

A ten  
meiros  
insatisfac

refletir  
oposição  
partidári

imediat  
mente o  
lada: a

(destaca  
atentado  
nista, a

envolveu  
Evide  
tinham

rialismo  
desenvo  
ações to

fascista  
repercus  
conjunt

da tensã  
revoluçã

toda e  
própria.  
E, at



portanto, pouco afeitos à disciplina exigida pela fábrica moderna) tiveram feição repressiva — inclusive o direito de greve foi rigorosamente proibido.

A tensão social crescente acompanhou os primeiros passos deste processo (1930-1932): uma insatisfação nacional generalizada começou a se refletir no interior do partido, rearticulando a oposição ao grupo stalinista. Mas a burocracia partidária conseguiu contornar os problemas mais imediatos e, a partir de 1935, enquadrou totalmente o partido. A tensão foi habilmente manipulada: aproveitando-se do assassinato de Kirov (destacado dirigente de Leningrado, vítima de um atentado em dezembro de 1934), o grupo stalinista, a pretexto de combater a contra-revolução, envolveu o país num clima de terror policial.

Evidentemente, as forças anti-soviéticas não tinham sido inteiramente liquidadas. E o imperialismo, sempre, continuou a estimulá-las e a desenvolver ações contra o Estado soviético. Tais ações tornaram-se mais ameaçadoras com a vitória fascista na Itália e nazista na Alemanha (e suas repercussões na Europa Central e Oriental). Esta conjuntura internacional facilitou a manipulação da tensão interna: agitando o espectro da contra-revolução, o grupo stalinista foi capaz de aniquilar toda e qualquer alternativa política além da sua própria.

E, através dos métodos mais brutais e criminosos



— como a tortura, autorizada pessoalmente por Stalin —, conseguiu-o: entre 1936 e 1939, foi destruída toda a velha guarda bolchevique. Nas farsas judiciárias então montadas, os “processos de Moscovo”, foram condenados como “traidores” comunistas sinceros e abnegados como Zinoviev, Kamenev, Piatakov, Radek, Rakovski, Bukharin e Rikov. Maciços expurgos ocorreram nas forças armadas. Na verdade, entre 1936 e 1939, o terror implantou-se na União Soviética e a grande vítima foi o próprio partido bolchevique (uma ilustração: 70% dos membros do comitê central eleito no XVII Congresso, de janeiro-fevereiro de 1934, foram presos). A delação e a suspeita penetraram as relações sociais. A polícia política tornou-se onipotente. Instituíram-se campos de trabalhos forçados. O balanço destes anos é trágico: o historiador Jean Elleinstein afirma que o terror policial fez milhares de vítimas e que esta repressão significou mesmo a liquidação do partido leninista. Outros estudiosos mencionam, no período, 5 milhões de presos e 500 000 fuzilados.

Substituindo-se não apenas à classe operária, mas à sua própria expressão política organizada — o partido —, o grupo dirigente identifica-se com Stalin: da sua pessoa se projeta a imagem do poder autocrático. Não uma simples peça desta engrenagem, mas um político eficiente, Stalin consolida a autocracia e passa a deter poderes que poucos homens, ao longo da história, chegaram a acumu-

lar. A  
tão gr  
a ter U  
deixou  
convoc  
1939

A  
reflete  
(junho  
zar to  
invaso  
intern  
soviéti  
só ex  
Hitler  
sáveis  
(Alem  
O p  
de m  
econo  
seguin

1940

1945

O gran  
recia  
1940,



lar. A autonomização desta liderança despótica foi tão grande em relação ao partido que este passou a ter uma existência quase formal: o comitê central deixou de se reunir e por longo tempo sequer se convocou o congresso (o XVIII realizou-se em 1939 e o seguinte só ocorreu em finais de 1952).

A modificação na situação mundial, porém, refletiu-se na União Soviética: a agressão alemã (junho de 1941) suspende o terror — para mobilizar todas as energias da nação na resistência ao invasor nazista é necessária uma liberalização interna. Num esforço heróico e gigantesco, os soviéticos superaram todas as dificuldades e não só expulsaram do seu território as hordas de Hitler: avançaram para oeste e foram os responsáveis diretos pela derrota das forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

O preço desta epopéia foi altíssimo: 20 milhões de mortos, um vasto território arrasado e uma economia destruída, como o mostram os números seguintes da produção básica:

	<i>carvão</i>	<i>aço</i>	<i>petróleo</i>	<i>eletricidade</i>
1940	165,9	18,3	31,1	48,3
1945	149,3	12,3	19,3	43,2

O grandioso trabalho do período de pré-guerra parecia quase perdido: tomando-se o índice 100 para 1940, em 1945 a produção de equipamentos



pesados estava em 70, a de bens de consumo e produtos agropecuários estava em 60.

A reconstrução econômica já se faz, todavia, sob o clima da Guerra Fria, o que favorece o retorno dos métodos stalinistas: a partir de 1947, instaura-se novamente uma atmosfera opressiva, estabelecem-se novos campos de trabalho forçado, surge um discreto anti-semitismo.

Em pouco tempo, contudo, as cifras da produção crescem:

	<i>carvão</i>	<i>aço</i>	<i>petróleo</i>	<i>eletricidade</i>
1950	261,1	25,4	37,9	91,2
1953	320,4	38,1	52,8	134,8

Na abertura dos anos cinquenta, a União Soviética tem pouco a ver com a subdesenvolvida Rússia dos anos vinte: já é a segunda potência mundial e a sua capacidade de defesa (em 1951, fabrica a bomba A; em 1953, a bomba H) impede aventuras belicistas do imperialismo.

Quando a morte surpreende Stalin (5 de março de 1953), portanto, as condições histórico-sociais que estavam na base da sua ascensão ao poder e todo o seu período de mando já se haviam transformado radicalmente.

Quem o substitui imediatamente é Malenkov, mas, nos bastidores, trava-se uma luta acirrada: enquanto o grosso da direção partidária mantém-se na inércia (a mesma inércia burocrática cultivada

pela a  
minor  
manu  
ção e  
soviét  
muda  
toma  
dos s  
tro de

A

com  
Graç  
secre  
adep  
ao q  
na U  
real,  
tica  
(ent  
750  
polí  
çam  
bilit  
culm  
inoc  
T  
são  
bur  
dist  
est



pela autocracia stalinista), delineiam-se dois grupos minoritários, mas ativos — um, defendendo a manutenção das características stalinistas de direção e domínio; outro, mais sensível à realidade soviética, sustentando a necessidade de promover mudanças. Este grupo, cujo expoente é Krushev, toma a iniciativa do ataque e neutraliza o líder dos segmentos claramente stalinistas, Beria, ministro do interior e chefe da polícia política.

A ofensiva do grupo de Krushev passa a contar com a anuência da maioria inativa da direção. Graças a este apoio "passivo", Krushev assume a secretaria geral do partido e, agilmente, isola os adeptos de Beria. Este é fuzilado (junho de 1953 — ao que se sabe, esta foi a última execução política na União Soviética) e se inicia um discreto, mas real, processo de mudanças no país: a polícia política é reformulada, o peso burocrático é reduzido (entre 1953 e 1956, são demitidos dos seus postos 750 000 burocratas), abrem-se as portas das prisões políticas, os campos de trabalhos forçados começam a ser encerrados e ocorrem as primeiras "reabilitações" (ou seja: são revisados os processos que culminaram na "condenação" de milhares de inocentes no período do terror stalinista).

Trata-se da *desestalinização* ou do *degelo* (expressão tomada de um romance, da época, de I. Ehrenburg). Favorecido por um clima internacional de distensão — definira-se o cessar-fogo na Coreia —, este processo, no fundo, não expressava apenas a



vontade democratizante do grupo capitaneado por Krushev: expressava, antes, que a situação real soviética, em si mesma, determinava o colapso da autocracia stalinista.

O processo não se efetivou de forma simples: nos três anos subseqüentes à morte de Stalin, o grupo de Krushev teve que vencer a resistência da força da inércia. De qualquer forma, a vitória das tendências liberalizantes foi consagrada no XX Congresso do partido: na noite de 24 de fevereiro de 1956, Krushev leu o seu *relatório secreto*, no qual fez a denúncia formal do período da autocracia stalinista. E, cinco anos depois, o XXII Congresso voltou a reafirmar a crítica de 1956.

A desestalinização, entretanto, não significou a instauração plena dos conteúdos democráticos do pensamento socialista revolucionário na União Soviética. Ela se realizou de cima para baixo, com a massa da população na condição de espectadora. O próprio relatório secreto de Krushev, que a imprensa ocidental publicou logo depois, nunca foi inteiramente divulgado na União Soviética. Traduzindo uma profunda reforma na vida política, o processo, num aparente paradoxo, combateu a autocracia stalinista com métodos que podemos chamar de neo-stalinistas.

Talvez isto seja mais uma consequência do período da autocracia stalinista. Mas, se não se pode negar que a reforma abriu novas perspecti-



vas para o desenvolvimento da experiência soviética, também é inegável que a transição socialista vai exigir, mais cedo ou mais tarde, a liquidação total da herança stalinista.



## RELAÇÕES COM O MOVIMENTO COMUNISTA

Já ficou implícito que uma das características do pensamento socialista revolucionário é a sua dimensão *internacionalista*. Mas a solidariedade que une os revolucionários de todos os países que se inspiram em Marx não é apenas um valor moral: ela decorre da tese segundo a qual a revolução proletária é um fenómeno mundial. E é claro que o internacionalismo proletário não anula as responsabilidades patrióticas dos revolucionários (porque as nações, com os seus traços culturais particulares, são um dado histórico objetivo): o que ele impede é o nacionalismo exclusivista, que privilegia a idéia abstrata da nação.

A dimensão supranacional das lutas proletárias tomou corpo na constituição das Internacionais. Porém, a vacilação da Segunda Internacional no



período da Primeira Guerra Mundial, mais o próprio fato da Revolução de Outubro, dividiu o movimento operário. Os setores que optaram por caminhos *reformistas* continuaram intitulado-se *social-democratas* (ou socialistas) e posteriormente se unificaram no que hoje se conhece como Internacional Socialista. Aqueles que apoiaram inteiramente a Revolução de Outubro, continuando fiéis à perspectiva revolucionária, destacaram-se dos partidos social-democratas, passaram em geral a se denominar comunistas e se uniram na Internacional Comunista (Komintern), ou Terceira Internacional, criada em 1919 sob o patrocínio dos bolcheviques.

O surgimento da Terceira Internacional respondeu a uma necessidade da conjuntura europeia: no imediato pós-guerra, com os ventos revolucionários varrendo a Europa, a centralização e a coordenação das ações dos partidos proletários era uma exigência para a sua eficácia. Ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência do poder operário na Rússia soviética (recorde-se que, em 1919, a guerra civil e a intervenção estrangeira estavam no auge) era uma tarefa que competia a todos os comunistas, russos ou não. Aliás, uma das 21 condições para que um partido integrasse a Terceira Internacional implicava precisamente na defesa da Rússia soviética.

Entre 1919 e 1923 decorre o chamado "primeiro período" da Terceira Internacional. Ele corresponde à etapa de afluxo do movimento operário europeu, quando a revolução parecia iminente.



Com o seu refluxo, abre-se o "segundo período", que se prolonga até 1928: a análise operada pela Terceira Internacional considera então que o capitalismo experimenta uma "estabilização relativa". Exatamente neste período começa a se desenrolar o processo convencionalmente denominado de "bolchevização dos partidos revolucionários".

Nesta época, a Rússia soviética já representava, para os revolucionários de todo o mundo, um exemplo: ali nascia o caminho para o socialismo; ali, pela primeira vez na história, surgia um Estado a serviço dos trabalhadores — ali estava a antecipação do novo mundo. Entre os revolucionários existia, pois, um compreensível e enorme sentimento de admiração pelas conquistas e propostas soviéticas. E o partido russo, primeiro e único no poder, exercia uma natural ascendência sobre todos os seus congêneres. Por tudo isto, pouco a pouco, para os revolucionários de todo o mundo a defesa da pátria do socialismo acabou por identificar-se com a aceitação total das concepções do partido russo.

Ora, como vimos, é aproximadamente entre 1923 e 1929 que o partido russo vai se adequando às duras injunções históricas que, enfim, se concluíram com a vitória da autocracia stalinista. Isto se refletiu diretamente na Terceira Internacional (cujá sede, aliás, ficava em Moscou): sob a pressão do partido russo, os outros partidos que a compunham ajustaram-se às concepções defendidas



pelo grupo representado por Stalin. A *bolchevização* consistiu nisto: os partidos revolucionários de todo o mundo transformaram a admiração pelo exemplo russo em assimilação acrítica de um "modelo", que passou a ser fielmente imitado. Assim, desapareceu o verdadeiro fundamento do internacionalismo, que é a igualdade nas relações entre os partidos revolucionários — agora, atribuía-se ao partido russo o papel de guia. E gradualmente a política desenvolvida por Stalin transferiu-se do partido e da sociedade soviéticos para todo o movimento comunista internacional. Gradualmente, a Terceira Internacional deixou de funcionar como o centro coordenador das atividades revolucionárias mundiais para se converter num meio auxiliar da política externa russa conduzida por Stalin (reagindo a esta mudança, Trotski, em meados dos anos trinta, tentou, sem êxito, animar uma Quarta Internacional).

Apesar do diagnóstico da "estabilização relativa", a crise capitalista continuou avançando. Face aos fatos indesmentíveis, a partir de 1928, a Terceira Internacional girou à esquerda: defendendo a tese de que o capitalismo se encontrava agonizando, já na sua "crise geral", desenvolve uma estratégia de confronto direto com as burguesias europeias — é o seu "terceiro período". A partir daí, implementou-se uma política estreita e sectária, de resultados catastróficos — os comunistas se isolaram e se enfraqueceram. A ilustração extrema



desta política aparece no caso alemão: enquanto a direita nazista crescia, os comunistas, ao invés de se aliarem aos social-democratas, centraram o seu fogo sobre eles (dizia-se que a social-democracia era a "irmã gêmea do fascismo").

Esses ziguezagues políticos (a passagem da tese da "estabilização relativa" à da "crise geral") foram aceitos, no geral, sem qualquer crítica. A razão é simples: bolchevizados, os partidos comunistas passaram a funcionar como um reboque do partido russo, formulador desta estratégia sinuosa. Somente quando a vitória de Hitler (1933) mostrou o terrível erro da concepção do "terceiro período" é que a Terceira Internacional, graças especialmente à clarividência de Dimitrov, articulou — no seu VII Congresso, em 1935 — a proposta da frente ampla popular contra o fascismo. Mas, então, já era muito tarde.

Em 1943, sob pressão de Stalin, dissolve-se a Terceira Internacional. Alguns estudiosos afirmam que, com esta dissolução, Stalin pretendia dar a seus aliados ocidentais uma prova de que não "exportaria" a revolução. A verdade, contudo, é que a conjuntura mundial prescindia, naquele momento, de um centro revolucionário único internacional e, por outro lado e principalmente, a autocracia stalinista já controlava suficientemente o movimento comunista para dispensar a mediação de um organismo como a Terceira Internacional.

Um exemplo comprova esta última afirmação: o



pacto celebrado entre Stalin e Hitler. Em agosto de 1939, a Alemanha nazista e a Rússia Soviética (representadas, respectivamente, por Ribbentrop e Molotov) firmam um acordo de paz e amizade. Stalin e Hitler trocam mensagens mutuamente elogiosas e o intercâmbio comercial entre os dois países se desenvolve. Para os comunistas, este pacto era vergonhoso: implicava um acordo com o nazismo, com a barbárie moderna. Como entender as saudações de Stalin ao chefe de bandos cuja proeza consistia exatamente no assassinato de comunistas? Em termos históricos, Stalin jogou com habilidade e inteligência: este pacto permitiu à União Soviética preparar-se para a guerra defensiva. Mas o importante é assinalar que o controle da autocracia stalinista sobre o movimento comunista internacional era tão grande que Stalin não se preocupou em dar explicações a ninguém. E, publicamente, todos os comunistas se sentiram no dever de elogiá-lo.

Também por ocasião das conferências de Teerã e Ialta, Stalin evidenciou que todas as atenções da sua política levavam em conta somente os interesses nacionais soviéticos: na "redivisão do mundo" decidida entre os aliados, ele tanto manifestou o seu talento na defesa dos interesses russos quanto a desimportância que atribuía aos movimentos revolucionários fora das fronteiras soviéticas. No desdobramento da política externa soviética, tais movimentos foram abandonados à sua própria



sorte — como o atesta o destino dos guerrilheiros gregos de Marko.

Em 1947, quando a União Soviética já não era mais um gigante isolado pelo imperialismo (pois nascia o bloco socialista), a autocracia stalinista inspira a criação de um novo organismo para colocar a reboque das suas táticas o movimento comunista: surge o Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (Kominform). Este órgão, porém, não sobreviverá ao ocaso da autocracia stalinista: será dissolvido em 1956, quando se tornava insustentável a existência de um centro único orientador do movimento revolucionário mundial (é quando se abre, aliás, a era do "policentrismo" comunista, segundo a expressão de Togliatti). No entanto, enquanto existiu, este Comitê exerceu forte pressão sobre os comunistas, especialmente na Europa Central e Oriental. Coube a ele a triste tarefa de caluniar os comunistas iugoslavos, liderados por Tito: porque advogava uma orientação autônoma, o partido iugoslavo foi oficialmente "condenado" em 1948 e acusado, entre outras coisas, de "estar a serviço do imperialismo".

Nos anos de 1936-1939, o terror deflagrado pela autocracia stalinista atingiu também as lideranças comunistas que, vinculadas à Terceira Internacional, viviam na Rússia (a maioria forçada ao exílio). Sob a acusação de "traição", "conspiração" ou "trotskismo" (na Rússia stalinista, trotskismo era sinônimo de inimigo do socialismo!), foram fuzi-



lados membros dos partidos comunistas da China, Coréia, Índia, Irã, Hungria e Checoslováquia. A repressão mais brutal abateu-se sobre a direção do partido de Rosa Luxemburgo: por volta de 1937, praticamente todos os membros do comitê central do partido comunista polonês foram liquidados.

A característica central da política da autocracia stalinista para com o movimento comunista internacional era o seu instrumentalismo: ela subordinava as suas relações com este movimento aos interesses imediatos da política exterior soviética. Assim é que, na guerra civil espanhola (1936-1939), enquanto a intromissão de países capitalistas a favor do franquismo foi decisiva, a "solidariedade moral" da autocracia stalinista foi sempre limitada por uma escorregadia teoria da não-intervenção. E há indicações de que a repressão stalinista fez vítimas entre os voluntários das Brigadas Internacionais (formadas por comunistas de muitos países para auxiliar na defesa da república espanhola). Também ilustrativa é a relação da autocracia stalinista com a revolução chinesa: Stalin jamais acreditou nas possibilidades revolucionárias das massas camponesas de Mao, e sempre recomendou ao líder oriental a busca de pontos de contato, e não de confronto, com Chiang Kai-Chec. Nos dois casos, a preocupação da autocracia stalinista era eliminar qualquer fator que, na correlação internacional de forças, perturbasse, mesmo indiretamente, as perspectivas de segurança do Estado soviético — e



não importava muito se este fator constituía um movimento revolucionário.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o prestígio de Stalin experimentava o seu clímax, organiza-se o bloco socialista. O apoio que a passagem do Exército Vermelho ofereceu aos revolucionários da Europa Central e Oriental foi vital para o seu êxito, assim como lhes foi indispensável a ajuda econômica e técnica. Tais elementos, entretanto, condicionaram a margem de manobra dos revolucionários: seus projetos deveriam adequar-se à estratégia da autocracia stalinista (lembre-se que o Kominform é desta época). Não foi casual, portanto, que no momento mesmo em que se lançavam as bases para a transição socialista naquela região se reproduzissem os métodos já utilizados em Moscou entre 1936 e 1939: expurgos, "julgamentos", prisões e execuções. A lista das vítimas é longa, mas pode-se destacar: na Hungria, fuzilamento de Rajk e prisão de Kadar (o atual dirigente do Estado húngaro); na Polônia, prisão de Gomulka (ulteriormente, chefe do Estado polonês); na Bulgária, fuzilamento de Kostov; na Albânia, execução de Dzodze; na Checoslováquia, "julgamento" de Slansky e prisão de London e Husak (hoje na direção do país).

É claro que a marcante influência das concepções e da política próprias da autocracia stalinista fora dos limites da União Soviética só se explica se se levar em conta que a esmagadora maioria dos



dirigentes comunistas do mundo inteiro educou-se segundo os padrões da Terceira Internacional — e já anotamos que esta, a partir dos finais dos anos vinte, transformou-se num apêndice da política exterior do Estado soviético.

Formados na admiração incondicional à União Soviética, identificando a causa do socialismo com o Estado soviético e este com a pessoa do representante mais evidente da autocracia, os dirigentes comunistas do mundo inteiro passaram a reproduzir o comportamento stalinista (esta imitação, naturalmente, conduziu a algumas situações grotescas). Por isto mesmo, enquanto na União Soviética as posturas da autocracia stalinista respondiam, em alguma medida, a um contexto histórico preciso e determinado, em outros países e partidos elas assumiam características de uma alienação que teve graves conseqüências nos papéis nacionais desses partidos. Na escala em que as suas situações nacionais não tinham nada em comum com o quadro russo, os partidos que adotaram as posturas stalinistas acabaram por se isolar, deixando de compreender as particularidades dos seus países.

Por outro lado, na proporção em que cada secretário geral pretendia ser um pequeno Stalin, acentuou-se a generalização dos métodos e das concepções da autocracia stalinista entre a esmagadora maioria dos partidos comunistas. E, ao mesmo tempo, ocorreu um processo de descrédito desses partidos — seu caráter nacional, desfigurado, não



se conjugou a uma perspectiva internacionalista, mas foi amesquinhado pela subserviência ao "partido guia".



## ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS

A esta altura, o leitor já deve ter se aproximado de uma noção básica para entender o que se denomina habitualmente de stalinismo: o fenômeno stalinista não é algo simples, linear, mera reunião de características sociais e políticas — antes de mais, trata-se de uma prática política a que se vinculou um sistema de idéias.

Stalin não foi o criador desta mescla de política e ideologia. Ela resulta da adequação do pensamento socialista revolucionário às peculiares condições histórico-sociais da emergência da Rússia soviética e se desenvolveu no interior do partido russo, a partir de meados dos anos vinte, expressando a hegemonia dos seus quadros burocrático-administrativos. Antes de ser o autor das concepções que levam o seu nome, Stalin foi a sua



síntese, da mesma forma que não criou a burocracia partidária, sendo mesmo um seu produto. Evidentemente, naquela prática política e naquele sistema de idéias, Stalin teve um importante papel pessoal — se foi a sua síntese, é porque reunia as condições necessárias para tanto: disciplina de trabalho, firmeza na defesa das suas concepções, pertinácia na consecução dos objetivos.

A relação de simbiose entre Stalin e o aparato partidário, já referida, está na base da posterior identificação entre a sua pessoa e o partido. E esta identificação, a seguir, generalizou-se entre todos os comunistas, pelo mecanismo de uma hábil propaganda que promoveu o "culto à personalidade" de Stalin.

Não se pode afirmar que o "culto" foi uma iniciativa do próprio Stalin; tudo indica, mesmo, que ele teve origem nos segmentos burocratizados do partido — cultuando a Stalin, a sua síntese, esses segmentos garantiam-se a si mesmos. É assim que se constituiu a hierarquia que assegurou a autocracia stalinista: não uma pirâmide com Stalin no topo e o partido na base, mas uma pirâmide formada, da base ao topo, por Stalins de tamanhos diferentes.

O "culto" (naturalmente com a tácita admissão de Stalin) foi levado aos maiores exageros. Milhões de soviéticos educaram-se na crença de que viviam sob a zelosa proteção do Camarada Secretário



Geral, a quem só cabia obedecer. A palavra de Stalin era indiscutível e indubitável. Um exemplo basta para mostrar as dimensões do "culto": se, até 1953, inexistia em Moscou uma estátua de Marx, em troca as de Stalin eram incontáveis.

O "culto" conjugou-se, entre outras coisas, com a exploração dirigida do nacionalismo russo, velha vertente do passado cultural da Rússia czarista. A política do socialismo "num só país" acabou por legitimar um orgulho nacional que subalternizou o internacionalismo. A herança do czarismo, o atraso, a incultura — tudo aquilo que Lênin resumia com o termo "asiatismo" — forneceram o terreno para a mistificação de Stalin. Assim, não foi apenas a propaganda (somada ao terror) que impôs aos soviéticos a imagem sacralizada de um dirigente perfeito: contribuição decisiva foi dada pelo caldo cultural herdado do czarismo.

Quanto aos comunistas dos outros países, também eles não foram simplesmente "enganados" pela propaganda. Com as suas lideranças forjadas na escola política da Terceira Internacional, eles já estavam predispostos a admitir a "natural" supremacia do partido russo e de seus dirigentes. A isto se adicionou um complicado mecanismo psicossocial que os levou a aceitar e a praticar o "culto", mecanismo dinamizado pela defesa da União Soviética e pela recusa das calúnias da imprensa a serviço do imperialismo.

Na sua origem, o "culto" só foi viável porque,



além do contexto geral da sociedade russa, surgiram condições especiais no interior do próprio partido comunista. Já vimos que a componente proletária do partido (e da sociedade) foi sacrificada nos tempos da revolução e da guerra civil. Ora, sem um forte controle proletário, o grupo de que Stalin se fez o representante aproveitou-se das próprias características do partido (especialmente o centralismo democrático) para transformá-lo num instrumento quase passivo de execução da sua política. As discussões se reduziram gradualmente e acabaram por desaparecer: restou, ao fim, apenas a fidelidade cega à direção, a irrestrita obediência hierárquica. O centralismo democrático proposto por Lênin converteu-se num centralismo burocrático.

Realmente, a prática política de que Stalin foi o representante mais destacado concebia a transição socialista como uma questão técnico-administrativa — bastava gerir racionalmente o desenvolvimento das forças produtivas, à base da propriedade social dos meios de produção, para que a nova sociedade se edificasse. Por isto mesmo, face aos grandes problemas sócio-econômicos, o recurso não era a mobilização das massas para o debate democrático, mas a tomada de decisões por um pequeno círculo de "autoridades competentes" e a sua imediata execução pela massa da sociedade. Esta prática política colide com o partido de inspiração leninista — daí que a autocracia stali-



nista tenha reduzido a vida partidária a simples ritualismo formal. Nesta perspectiva, o grupo dirigente terminou por concentrar e monopolizar todos os dados da vida social (até as mais óbvias informações passaram a ser consideradas "segredos de Estado" e nunca eram divulgadas).

Já mencionamos que a esta prática política vinculou-se um sistema de idéias, que resulta da adaptação do pensamento socialista revolucionário às condições particulares da Rússia. Esta adaptação, entretanto, nada tem a ver com aquela realizada por Lênin, que procurava adequar a teoria às necessidades de compreensão da realidade concreta. A adaptação efetuada pela autocracia stalinista se fez no sentido de transformar a teoria revolucionária num meio para justificar a sua prática política. Isto é: a teoria não foi utilizada para esclarecer e orientar a política, mas para legitimá-la. Numa palavra: a teoria foi empregada como apologia, degradou-se em propaganda.

Para isto, a teoria foi adulterada. O pensamento de Marx, Engels e Lênin — um pensamento radicalmente crítico e polêmico — foi transformado num conjunto de dogmas simplificados a que se deu o nome de *marxismo-leninismo* e foi esquematizado a ponto de poder ser expresso em fórmulas vazias de conteúdo e ser reduzido à dicotomia do "materialismo dialético" e do "materialismo histórico".

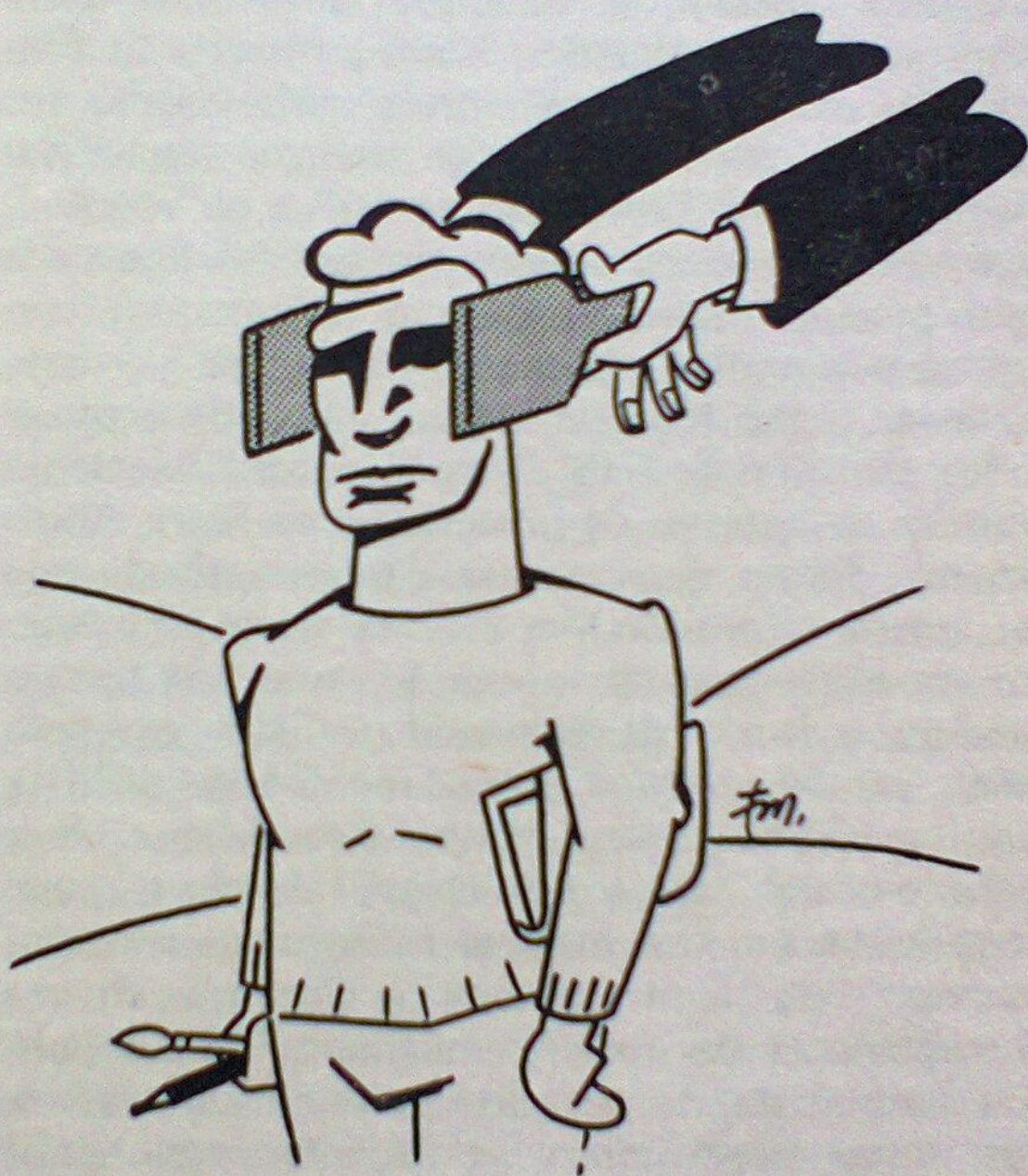
E esta adulteração se fez a pretexto de uma política de classe — a pretexto da defesa da ideolo-



gia da classe operária. Na medida em que a teoria se convertia em propaganda, as necessidades da propaganda se convertiam em "questões teóricas". O resultado é que se atribuiu à ciência um caráter de classe e de partido: criou-se o mito da "ciência proletária". Os danos causados por esta mitologia foram terríveis: contra a genética de Mendel, surgiu a "genética proletária" de Lyssenko — e durante muito tempo a agropecuária soviética careceu de uma orientação verdadeiramente científica. A partir dessas posições "de classe", levantaram-se suspeitas políticas sobre a psicanálise, a teoria da relatividade e a cibernética.

No domínio da arte e da literatura, a política cultural da autocracia stalinista conduziu a efeitos catastróficos. Exigindo que as obras artísticas veiculassem otimismo, ilustrassem a ideologia do partido e divulgassem a "moral proletária", ela forçou os artistas a embelezar a realidade, ao invés de expressá-la com veracidade. A arte foi utilizada como uma forma de pedagogia. Assim Zhdanov (o "teórico" stalinista para as questões culturais) interpretou a teoria do realismo socialista formulada por Gorki: a arte deveria ser um instrumento de combate, e tudo o que não entrasse em concordância com as normas partidárias em vigor seria recusado como "burguês", "decadente" ou "cosmopolita". Nem mesmo a música escapou a este tipo de violência — também ela possuiria um "conteúdo de classe".





*A política cultural stalinista.*



Na filosofia, os resultados não foram diferentes. Convertida a herança de Marx numa justificação do presente, os estudos sobre a sua obra tornaram-se exercícios escolásticos. O emprego de citações dos "clássicos" passou a substituir a pesquisa séria sobre as novas realidades. Toda a história da filosofia foi reduzida à luta entre o materialismo e o idealismo — identificados, grosseira e respectivamente, como o "progresso social" e a "reação". O método dialético — cuja riqueza foi liquidada pelo próprio Stalin, quando o sintetizou como um conjunto de "três leis fundamentais" — converteu-se numa fórmula mágica, capaz de explicar tudo, da "traição" de Trotski a uma excelente colheita de batatas. Os precursores de Marx, "burgueses", foram desvalorizados (numa atitude que repugnaria ao próprio Marx): o marxismo-leninismo foi apresentado como a negação radical de todo o passado cultural da humanidade. Um exemplo basta para ilustrar os procedimentos da política cultural stalinista neste campo. Sabe-se que Marx tinha especial apreço por Hegel, alemão a quem considerava um dos maiores filósofos de todos os tempos. Pois bem: durante a Segunda Guerra Mundial, para dar mais "fundamento" à sua política antinazista, as autoridades soviéticas resolveram tratar Hegel como um filósofo reacionário!

A autocracia stalinista promoveu um sem-número de adulterações e mistificações teóricas. Uma delas, de graves consequências e formulada pelo



próprio Stalin, foi a tese de que as lutas de classe se agravam na transição socialista, quando o Estado já está sob o controle do proletariado. Esta excrescência ideológica, apresentada por Stalin como um "desenvolvimento" do marxismo-leninismo, era, no fundo, uma simples justificação para as cruéis repressões policiais dos anos trinta.

Além dessas mistificações e adulterações, a necessidade de justificar o estado de coisas vigente conduziu a autocracia stalinista a autênticas falsificações históricas (de que é bom exemplo a *Grande Enciclopédia Soviética*, onde heróis se transformavam em canalhas de uma edição para outra). Toda a crônica da Revolução de Outubro foi reescrita para atribuir a Stalin um papel muito maior do que aquele que realmente desempenhou e, ao mesmo tempo, diminuir a participação efetiva dos seus concorrentes e adversários. Aqui, como se sabe, o caso mais gritante é o de Trotski: seu nome foi ridiculamente "apagado" da história da revolução e, nos acontecimentos posteriores, associado a fantásticas "conspirações anti-soviéticas".

Se fosse possível resumir em poucas linhas a prática política da autocracia stalinista, diríamos que ela consistiu numa *concepção pragmática e administrativa* da transição socialista. No plano da cultura, ela procurou fazer da ciência, da filosofia e da arte simples instrumentos de justificação do poder estabelecido.

O mais danoso dos resultados das concepções



teórico-práticas da autocracia stalinista, porém, encontra-se num dogma que se generalizou no movimento comunista: aquele segundo o qual "o caminho russo para a transição socialista é o único padrão revolucionário legítimo". A experiência russa, com as suas peculiaridades, não foi colocada como *uma* das possíveis formas de avanço para a construção da sociedade comunista; ao contrário, ela foi absolutizada e erigida em modelo de valor universal. Talvez esta seja, ainda hoje, para a vida do movimento comunista internacional, a mais pesada herança deixada pela autocracia stalinista.



## AUTOCRACIA STALINISTA E SOCIALISMO

Acabamos de dizer que, sob a autocracia stalinista, generalizou-se entre os comunistas a noção de que a experiência russa constituía o modelo de revolução capaz de ultrapassar a sociedade capitalista e conduzir, pela via da transição socialista, ao comunismo.

É preciso, desde já, insistir sobre o enorme erro desta concepção: na verdade, não existe nenhuma razão para garantir que qualquer experiência revolucionária tenha valor de modelo. Nem a teoria social de Marx nem a prática social e política da história contemporânea autorizam idéias deste gênero. Muito ao contrário: tanto a teoria social de Marx quanto os acontecimentos sócio-políticos do nosso tempo oferecem os mais fortes elementos para que fique claro que as revoluções jamais se



repetem. Cada uma delas tem características próprias, expressando os traços históricos, econômicos e culturais dos povos que as realizam. Realmente, o que a teoria social de Marx sugere e o que a história contemporânea tem demonstrado é que os caminhos para liquidar com a exploração do homem pelo homem — que faz parte, sempre e em todos os lugares, do sistema capitalista — são muito variados.

Hoje, é possível afirmar com toda a segurança que as vias que conduzem à sociedade comunista são inúmeras e não se pode privilegiar nenhuma delas como um modelo.

A decorrência desta afirmação é óbvia: a etapa que se interpõe entre a liquidação da sociedade capitalista e a emergência do comunismo também apresenta feições diferenciadas. A sociedade socialista (que, por sua natureza mesma, englobando características de sistemas opostos, o capitalismo e o comunismo, é um estágio histórico determinado de transição — por isto, preferimos designá-la como transição socialista) sempre se mostrará como um punhado de alternativas desiguais entre si. Em cada país, ou em cada conjunto de países similares, a transição socialista evidenciará traços distintos e particulares. Em poucas palavras: cada país, ou conjunto de países semelhantes, evoluirá para o comunismo através de caminhos próprios.

As causas deste fato não são difíceis de localizar. O nível de desenvolvimento econômico, a





*Com a autocracia stalinista a Revolução de Outubro foi tornada a forma clássica de revolução socialista e a experiência russa transformada em modelo.*



forma e a complexidade da estrutura social, a composição demográfica, as relações com os outros países, o passado político, a tradição cultural — estes elementos, diferentes em cada sociedade, influem no processo revolucionário e continuam influenciando na transição socialista. A heterogeneidade dos caminhos para o comunismo é, portanto, um fenômeno normal. Somente quando a sociedade comunista estiver estabelecida é que estas distinções poderão desaparecer. Mas também o comunismo não vai equalizar ou homogeneizar o planeta: as características culturais positivas dos povos do mundo, cuja riqueza consiste na sua pluralidade e diferença, serão conservadas e dinamizadas.

Pois bem: com a autocracia stalinista, esta ordem de reflexões perdeu o seu lugar. A Revolução de Outubro foi tornada a forma "clássica" da revolução socialista e, sobretudo, a experiência russa foi transformada em "modelo". Mais exatamente: o tipo de sociedade que se moldou sob a autocracia stalinista apareceu aos olhos do mundo inteiro como sendo o socialismo. A sociedade soviética sob a autocracia stalinista foi identificada com a sociedade socialista.

A conversão de uma experiência revolucionária no modelo acabado de transição socialista, paradoxalmente, foi igual e decididamente patrocinada pela autocracia stalinista e pelos seus mais ferrenhos adversários, os círculos dirigentes imperialistas.



De um lado, a autocracia stalinista se empenhou sempre por se mostrar como a autêntica herdeira e a melhor executora do pensamento socialista revolucionário. Todo o conjunto de idéias que se elaborou sob o seu domínio (e que Marcuse chamou de "marxismo soviético") foi articulado para apresentá-la como a forma política mais avançada e democrática, a mediação pela qual o proletariado construía a sociedade justa e humanizada. Já em 1936 — às vésperas do grande terror! —, Stalin, apresentando a terceira constituição soviética (as anteriores datavam, respectivamente, de 1918 e 1924), não vacilou em assegurar que ela traduzia, a nível jurídico, a implantação do socialismo na União Soviética.

A motivação da autocracia stalinista era óbvia: pretendendo ser a própria encarnação dos ideais socialistas revolucionários, ela se legitimava em dois planos, o interno e o externo. No plano interno, este procedimento fazia aparecer como "anti-socialista" e "contra-revolucionário" todo aquele que punha em dúvida, criticando aberta ou discretamente, as formas políticas vigentes. No plano externo, o mesmo procedimento permitia atribuir ao partido e ao Estado soviéticos o papel de "guias" da revolução mundial; detendo o monopólio da verdade revolucionária, o partido e o Estado soviéticos reforçavam a sua autoridade sobre todos os movimentos revolucionários.

De outro lado, os círculos dirigentes do impe-



rialismo não só aceitaram esta mistificação como, de fato, tudo fizeram para divulgá-la, utilizando todos os meios disponíveis. E o fizeram numa demonstração da sua inteligência política e ideológica: desde logo, o imperialismo compreendeu que uma das formas de corromper o movimento operário consistia em enfraquecer o poder de atração dos ideais do pensamento socialista revolucionário. Ora, identificar a Rússia da autocracia stalinista com o socialismo era um método bastante eficiente para alcançar este objetivo. Com efeito, se o socialismo era o terror policial, o campo de trabalho forçado, a ausência de garantias individuais e direitos cívicos — que massas populares lutariam por ele? Não é preciso dizer que, na sua publicidade, o imperialismo deixava na sombra as realizações econômicas que a União Soviética conquistava, apesar da ou graças à autocracia stalinista.

Acossado duplamente, pelas realidades e falsificações da autocracia stalinista e pelas meias verdades e calúnias do imperialismo, o ideal socialista revolucionário foi profundamente atingido. Entre amplas camadas assalariadas difundiu-se um sentimento anti-stalinista que, manipulado pela ideologia divulgada pelo imperialismo, converteu-se numa postura anti-soviética. E amplas camadas proletárias tiveram desviados os seus impulsos revolucionários para práticas políticas reformistas, que o imperialismo logo tratou de estimular (aproveitando-se, para isto, quase sempre, dos velhos parti-



dos social-democratas).

Mas foi especialmente entre os intelectuais do Ocidente que os lamentáveis resultados deste processo de desmobilização se fizeram sentir.

Sabe-se que, pelos seus próprios interesses e motivações, os intelectuais, na sua esmagadora maioria oriundos da burguesia ou da pequena burguesia, tendem a desenvolver um espírito crítico contra o capitalismo. Quase instintivamente, se rebelam contra este sistema que comercializa a cultura, prostitui o talento criador e imbeciliza as massas através da mediocridade da chamada "indústria cultural". Compreensivelmente, sobre os intelectuais o apelo da teoria social de Marx e os ideais de justiça do socialismo são muito sensíveis. Ademais, entre eles se manifestam exigências muito grandes de liberdade e humanismo.

A política cultural da autocracia stalinista, amesquinhando e reduzindo a teoria social de Marx ao dogmatismo, retirou de muitos intelectuais o interesse pelo socialismo revolucionário. Não foram poucos os pensadores que manifestaram o seu desprezo pelas teorias de Marx, uma vez que elas lhes eram apresentadas sob a forma vulgar do *marxismo-leninismo*, nas simplificações "materialistas dialéticas" e "materialistas históricas". Contudo, foram os métodos brutais da autocracia stalinista que mais chocaram aqueles que, entusiasmados pela Revolução de Outubro, quiseram ver na Rússia soviética um "paraíso terrestre"; consta-



tando a sua inexistência, muitos acabaram por se desvincular de uma atitude revolucionária.

É claro que se pode criticar a ingenuidade dos intelectuais que, fascinados pelo grande Outubro, desejavam uma revolução perfeita e uma sociedade ideal. Mas não se pode esquecer que o choque que a realidade produziu neles foi, efetivamente, traumático. Muitos dos que faziam a cândida propaganda do "paraíso soviético" viraram, depois, publicitários do "paraíso capitalista", do "mundo livre". Se depois do entusiasmo inicial pela Revolução de Outubro os intelectuais, em sua maioria, voltaram-se para a simples descrença ou, em casos menos numerosos, tornaram-se inimigos do socialismo, a culpa não cabe exclusivamente a eles ou à sua "origem de classe": deve-se responsabilizar por isto, igualmente, a mistificação realizada pela autocracia stalinista e a pressão ideológica das inteligentes manipulações imperialistas.

A denúncia da autocracia stalinista e a sua análise crítica vêm modificando progressivamente esta situação. Hoje, quando se assiste ao "renascimento do marxismo" (a expressão é de Lukács), o apelo do pensamento socialista revolucionário sobre os intelectuais renova-se e aprofunda-se: eles já não têm que escolher entre o fanatismo e o ceticismo (ou, ainda, o anti-stalinismo que se convertia em anti-sovietismo e, até mesmo, em anticomunismo, como ocorreu com o talentoso George Orwell, autor de *1984*). E o mesmo se passa entre as massas



trabalhadoras ocidentais: mais do que antes, quando podem optar livremente, elas manifestam as suas tendências para o socialismo.

Esta modificação torna-se possível porque, pouco a pouco, se vai restabelecendo a verdade histórica e teórica: o stalinismo não é sinônimo de socialismo, a experiência russa não é modelo de transição socialista.



## A NATUREZA DO FENÔMENO STALINISTA

A afirmação segundo a qual a experiência russa e a autocracia stalinista não podem confundir-se com a transição socialista só é verificável quando investigamos a natureza do processo que redundou no fenômeno stalinista.

Aliás, a preocupação em analisar este processo surgiu em meados dos anos trinta, precisamente quando a autocracia stalinista se consolidava. A partir de então, um enorme conjunto de interpretações foi produzido para explicá-la.

Uma das primeiras análises que merecem citação foi a realizada por um grupo de pensadores e ideólogos socialistas que defendiam o comunismo dos conselhos — revolucionários que partiam da tese de que a revolução proletária deveria inaugurar imediatamente a direção política da sociedade por



meio dos conselhos operários (preferencialmente nas fábricas). Estes ideólogos — os mais destacados eram Korsch, Mattick e Pannekoek — sustentaram a idéia de que o fenômeno stalinista decorria diretamente do fato (para eles, indiscutível) de a Revolução de Outubro não ter sido uma revolução proletária. Para eles, o bolchevismo (a sua análise não fazia distinções entre Lênin, Trotski e Stalin) era um elemento antiburguês no interior de uma revolução burguesa: o bolchevismo não passava de uma insurreição antiburguesa ("jacobina") no bojo de um movimento burguês. Mais ainda: afirmavam que a Rússia, guiada pelos bolcheviques, não era um Estado proletário — o partido criado por Lênin não servia à classe operária, servia-se dela para instaurar um capitalismo de Estado. (Muitos anos depois, esta idéia, inteiramente falsa, seria retomada por outros investigadores, como C. Bettelheim.) A análise assim conduzida concluía por garantir que o fenômeno stalinista era o natural prolongamento da Revolução de Outubro e configurava um regime que, ao contrário de facilitar o progresso social, barrava o caminho para o comunismo.

Uma outra abordagem do fenômeno stalinista, igualmente errônea, foi empreendida nos finais dos anos trinta pelo italiano Risi: para este autor, a autocracia stalinista manifestava apenas o controle da sociedade soviética pela burocracia. A análise de Risi, que fora antecipada pela do americano Burnham e que, depois, teria inúmeros adeptos



(apesar das diferenças, a interpretação do iugoslavo Djilas vai no mesmo sentido), apanha um aspecto importante da realidade soviética sob a autocracia stalinista: a burocratização da vida social. Nos seus desdobramentos, porém, esta linha analítica incorre em graves equívocos, acaba considerando que a burocracia é uma nova classe social e que o mundo do futuro, seja capitalista ou comunista, será necessariamente um mundo burocratizado.

Outros autores, ligados ao pensamento liberal e, mais freqüentemente, conservador, trataram de explicar a autocracia stalinista como a expressão de uma forte tendência totalitária (não é incomum esses autores aproximarem o stalinismo do nazismo ou do fascismo, o que é um erro crasso). O sociólogo R. Aron chegou ao extremo de prognosticar que a ultrapassagem do totalitarismo só seria alcançada quando a União Soviética entrasse no estágio "pós-industrial", período em que o seu sistema sócio-político se assemelharia aos "modelos ocidentais", notadamente o norte-americano.

O melhor ponto de partida, entretanto, para a análise do fenômeno stalinista está contido na tese de Lênin, formulada pouco antes de sua morte, segundo a qual o Estado soviético se constituía como um "Estado proletário com deformações burocráticas". Baseado nesta indicação, Trotski, em 1936, tentou compreender a autocracia stalinista como um termidor russo (recorde-se que, na



Revolução Francesa, o "período termidoriano" assinala a reação restauradora que a burguesia desfechou contra os seus setores mais avançados). De acordo com Trotski, a exaustão dos revolucionários — a sangria da guerra civil e a redução do proletariado — permitiu que uma camada burocratizada impusesse ao partido uma mentalidade administrativa pequeno-burguesa, que considerava o socialismo como um problema gerencial e nacional. Para Trotski, a partir de 1923 o partido russo entrou em degenerescência, a camada burocrática estabeleceu o seu domínio e iniciou uma fase "termidoriana". Como alternativa, Trotski defendia uma revolução política — cuja pré-condição seria a reconstrução do partido — capaz de derrubar a camada burocrática.

Depois de Trotski, outros investigadores continuaram a analisar o fenômeno stalinista e vários deles, situados em perspectivas ideológicas diferentes (entre outros, I. Deutscher, J. Elleinstein, R. Medvedev, R. Bahro), procuraram avançar sobre as indicações originais de Lênin.

A análise da natureza do fenômeno stalinista deve começar, antes de mais, ressaltando a sua complexidade. Nele confluíram tantas variáveis e tantos condicionalismos que a sua avaliação não pode ser unilateral — deve buscar a globalidade do fenômeno. Isto significa que o balanço da autocracia stalinista tem que considerar tanto os seus métodos quanto os resultados que ela alcançou,



ambos situados no contexto histórico particular da Revolução de Outubro e seus desdobramentos.

Quanto aos métodos, parece reinar uma unanimidade no seu julgamento: na perspectiva de uma ética comunista, eles são injustificáveis e condenáveis. Mas este julgamento não pode ser formal, deve conjugar-se à resposta à seguinte questão: — era possível levar a cabo as tarefas postas ao regime soviético sem recorrer a tais métodos? A resposta a esta pergunta decide, em larga medida, a compreensão do fenômeno stalinista.

Já vimos que a Rússia czarista não reunia as condições necessárias, de acordo com a teoria social de Marx, para efetuar a transição socialista. O que coube ao nascente Estado soviético, com a liquidação do czarismo, foi precisamente instaurar as condições para aquela transição — em primeiro lugar, a realização da revolução industrial na Rússia atrasada. Esta tarefa foi cumprida pela autocracia stalinista, em meio a um implacável cerco dos países imperialistas, coletivizando a agricultura e implementando a indústria pesada e de base com os planos quinquenais. Uns poucos números indicam o êxito do empreendimento da autocracia stalinista:



*Evolução e distribuição da população*

	<i>População total (milhões)</i>	<i>Cidades (em %)</i>	<i>Campos (em %)</i>
1912	159,2	18	82
1940	194,2	33	67
1953	188	43	57

*Evolução do número de tratores na agricultura*

<i>1928</i>	<i>1932</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>
27 000	148 000	531 800	595 000

*Evolução da produção industrial*

	<i>carvão</i>	<i>petróleo</i>	<i>aço</i>	<i>eletricidade</i>
1922	28,4	3,8	1,4	1,1
1940	165,9	31,1	18,3	48,3
1953	320,4	52,8	38,1	134,8

*Evolução dos habitantes empregados  
na indústria fabril*

1922 . . . . .	1 118 000
1950 . . . . .	40 400 000
1953 . . . . .	45 000 000



*Evolução da escolaridade*

<i>População analfabeta</i> (maior de 30 anos)	1917	1939	
	70%	0%	
<i>Alunos nas escolas do ensino fundamental</i>	1914	1939	
	9 656 000	31 517 000	
<i>Alunos nas universidades</i>	1913	1940	1953
	112 000	811 700	1 562 000

Estes números dispensam comentários mais detalhados. Basta dizer que evidenciam a modernização agrícola, a urbanização e a industrialização, com o surgimento de uma classe operária nova e forte — e tudo isto com a destruição econômica e demográfica causada pela Segunda Guerra Mundial. Mais exatamente: se do período que vai da Revolução de Outubro à morte de Stalin (36 anos) subtraímos os anos de guerras (civil, contra o Japão, a Finlândia e a Alemanha: 9 anos), constatamos que a Rússia soviética viveu a sua revolução industrial em 25 anos! E se levarmos em conta os períodos de atividade requeridos exclusivamente para a recuperação dos estragos ocasionados pelas guerras, este lapso temporal cai para 20 anos! *Nenhum, absolutamente nenhum país do mundo realizou uma proeza desta envergadura.* Como o reconheceu Deutscher: "A essência da tarefa histórica de Stalin consistiu



em que encontrou a Rússia trabalhando com o arado de madeira e deixou-a equipada com centrais atômicas. Nenhuma grande nação ocidental efetuou a sua revolução industrial em lapso de tempo tão curto e com tão numerosos obstáculos''. Na verdade, portanto, o que então se realizou foi o estabelecimento da infra-estrutura necessária para a transição socialista. Aí reside o papel historicamente progressista da autocracia stalinista: ela efetivou a criação das condições materiais indispensáveis para a edificação de uma sociedade de novo tipo.

Transformações deste alcance e profundidade sempre demandam coações sociais enormes — aliás, estas coações foram tão duras também quando da industrialização capitalista (pense-se na opressão e na miséria que desabaram sobre as massas trabalhadoras inglesas nos séculos XVII-XIX). Deste ângulo, portanto, os métodos empregados pela autocracia stalinista foram uma decorrência parcial das condições histórico-econômicas excepcionais da via russa à transição socialista, que exigiu, simultaneamente, uma revolução social e uma revolução tecnológica. Isto significa que, independentemente da liderança e da personalidade de Stalin, o desenvolvimento da Revolução de Outubro, na medida em que não se acompanhou de uma revolução no Ocidente, implicaria, durante algum tempo, na Rússia, uma considerável restrição dos conteúdos democráticos do pensamento socialista revolucionário.



O que deve ser debitado ao grupo dirigente capitaneado por Stalin, pois, não é esta violência historicamente necessária. O que deve ser posto na sua conta é a transformação dessas coações requeridas transitoriamente em normas constantes de direção política. A responsabilidade do grupo stalinista reside, portanto, em ter convertido uma necessidade temporária numa metodologia sistemática: a restrição da democracia, explicável em conjunturas determinadas (1919-1922, 1929-1933), verdadeiramente excepcional, passou a ser normal. Por esta conversão, que derivou na criminalidade, devem responder perante a história Stalin e seus colaboradores.

A história, porém, move-se pelas suas próprias contradições: a partir de um certo momento, os métodos da autocracia stalinista, necessários para a transformação da sociedade herdada do czarismo no sentido da transição socialista, passaram a obstaculizar o desenvolvimento soviético. A autocracia estabelecida em nome do socialismo tornou-se progressivamente superada quando ela mesma criou as condições indispensáveis para a transição socialista. Ultrapassado o atraso russo, a autocracia stalinista converteu-se num trambolho histórico. Vencida a barbárie russa, os métodos bárbaros tornaram-se cada vez menos eficientes. Eis o que explica o colapso da autocracia stalinista: uma Rússia moderna, industrializada, com uma classe operária forte e instruída, já não tolera métodos



político-sociais de violência aberta e grosseira. Citemos novamente a Deutscher: "O stalinismo destruiu... o terreno sobre o qual brotou... Através de seus métodos bárbaros, conseguiu eliminar da Rússia grande parte do barbarismo que lhe proporcionara a sua própria força".

Todavia, o peso da herança do fenômeno stalinista, perdida a sua legitimidade histórica, não desapareceu automaticamente. Como mencionamos, a denúncia e a crítica do fenômeno stalinista pelas autoridades soviéticas não foram levadas até o fim: extirpando as características mais essenciais do fenômeno stalinista da sua vida social, os soviéticos ainda não superaram todas as marcas de uma experiência histórica tão traumática. Ainda hoje, as autoridades soviéticas combatem os vestígios do fenômeno stalinista com métodos neo-stalinistas. Talvez tenhamos que esperar por mais algumas décadas para a definitiva superação do legado stalinista.

Ao final destas considerações, cremos que se pode afirmar que o fenômeno stalinista nada tem a ver com a transição socialista. Ele está vinculado à história russa: constitui a forma específica pela qual se criaram, na Rússia, as bases da moderna sociedade urbano-industrial na direção da transição socialista.

Historicamente, a passagem de sociedades de um estágio agrário, atrasado e tradicional a um estágio industrial, moderno e dinâmico, implicou



notáveis traumatismos sociais — este foi o padrão típico que engendrou, sob o capitalismo, a civilização urbano-industrial. Nada indica que este padrão seja inalterável ou invariável. Ao contrário: é perfeitamente possível que as rupturas com o capitalismo, na direção da transição socialista, revelem vias alternativas de desenvolvimento (sob este aspecto, deve-se observar a experiência iugoslava e, muito particularmente, o projeto cubano).

No entanto, quando esta passagem se processa rompendo com o capitalismo, mas em condições de total bloqueio econômico, isolamento político e carência de recursos humanos e técnico-científicos, ela tende a agravar e intensificar os traumatismos já manifestados na evolução capitalista. Foi precisamente isto o que ocorreu na Rússia soviética e é precisamente aí que se encontra a razão histórica da autocracia stalinista. De qualquer forma, mesmo constatado o caráter brutal deste tipo de passagem, ela se mostra, na perspectiva global da história, menos onerosa que a manutenção do sistema capitalista.

Todas as evidências sugerem que o fenômeno stalinista seja singular e irrepetível — porque singulares e irrepetíveis são as condições que lhe deram origem (outro problema é o posto pelas suas revivências). A própria existência, hoje, de um poderoso bloco de países que romperam com o capitalismo e caminham para a transição socialista assegura aos povos subdesenvolvidos e atrasados



novas condições para a ruptura com o capitalismo. Atualmente, este não dispõe mais da força com que, há cinquenta anos, levou a Rússia soviética ao isolamento.

Nada disto, porém, fornece a certeza de que, nos dias correntes, a ruptura com o capitalismo possa se efetuar sem coações ou restrições aos valores radicalmente democráticos do pensamento socialista revolucionário (pense-se, por exemplo, na experiência chinesa e, especialmente, nas situações da Albânia e da Coreia do Norte). Na verdade, não há garantias incondicionais na história: mesmo nas favoráveis condições que as possibilidades de rompimento com o capitalismo têm neste final de século, a transição socialista e a democracia para o comunismo dependem, em larga escala, da tenacidade com que os homens lutarem por elas.





## O FENÔMENO STALINISTA E OS COMUNISTAS BRASILEIROS

A intervenção política e ideológica dos comunistas brasileiros também sofreu os reflexos do fenômeno stalinista.

Fundado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (cuja designação original, Partido Comunista do Brasil, foi alterada em 1961, na consequência das propostas do seu V Congresso, de 1960) não nacional. E, nos seus primeiros anos de vida, o PCB desenvolveu-se sem acusar as influências do "partido guia", articulando-se como um partido operário, democrático e nacional.

No apagar dos anos vinte e na entrada dos anos trinta é que o já mencionado processo de bolchevização se fez sentir aqui. No momento em que a Terceira Internacional ingressava no seu "terceiro período", seus influxos chegaram ao Brasil: sob a



sua inspiração, o PCB iniciou uma "campanha de proletarização". Não se tratou, como poderia parecer, de uma tentativa para aumentar a sua influência no meio operário ou para recrutar um número mais significativo de militantes proletários. Na realidade, a "proletarização" consistiu em retirar da direção do partido aqueles revolucionários cuja origem de classe não fosse proletária.

Por detrás desta orientação estava a ingênua e equivocada concepção segundo a qual a ideologia de um partido revolucionário decorre exclusiva e automaticamente da origem de classe dos seus dirigentes e militantes. Sem discuti-la, porém, os comunistas brasileiros meteram mãos à obra — partido pequeno, duramente reprimido praticamente desde o seu nascimento, sem tradições teóricas, o PCB foi uma presa fácil deste equívoco. E o resultado não se fez esperar: a direção que dinamizara o partido nos seus primeiros anos (onde se destacava a figura de Astrojildo Pereira) foi substituída por outra, "operária" e despreparada.

Uma direção deste tipo é que estava à frente do partido quando se deram os acontecimentos de 1935 — que, até hoje, são manipulados pelos setores reacionários para estimular as mais baixas tensões anti-comunistas e anti-democráticas.

Contra o regime de Vargas, nesta época, se mobilizavam significativos segmentos das várias classes sociais brasileiras. O PCB animou, então, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), amplo movimento



de massas que, essencialmente, propunha para o país a *frente ampla popular* (consagrada como forma de luta anti-fascista pelo VII Congresso da Terceira Internacional). Em si mesma, a ANL não era uma organização dos comunistas: embora estes fossem os seus militantes mais ativos, o grosso dos aderentes não era comunista. Aliás, o presidente da ANL, Luís Carlos Prestes, militar que se notabilizara — a ponto de se transformar no legendário *Cavaleiro da Esperança* — no combate à oligarquia republicana anterior a 1930, só aderiu ao PCB pouco antes da formação da frente anti-fascista (embora já fosse membro da Terceira Internacional).

Quando o governo de Vargas decretou a ilegalização da ANL, o PCB, sob a influência de Prestes e numa errada avaliação da conjuntura nacional, refletindo ainda a orientação do “terceiro período”, propôs uma ação armada. Mas não foi capaz, dada a própria situação do país (longe de ser “pré-revolucionária”), de partir para uma ação de massas: a insurreição não teve carácter popular, restringiu-se a umas poucas unidades militares rebeldes e foi logo dominada. No fundo, a concepção insurrecional do PCB, neste momento, era claramente golpista.

Vargas, habilmente, explorou o fato e, com ele, encontrou uma justificação para preparar o seu próprio golpe de Estado, desfechado dois anos depois. Simultaneamente, permitiu que a direita



mais reacionária criasse o mito, historicamente falso, de uma "sangrenta intentona comunista".

De qualquer forma, os comunistas pagaram caro o erro histórico de novembro de 1935: isolaram-se e, submetidos à dura perseguição do Estado Novo varguista, tiveram o seu partido praticamente destruído.

A partir de 1942-1943, contudo, o movimento popular contra a ditadura recrudescceu. Os militantes comunistas, dispersos pelo país, aglutinaram-se novamente e ganharam destaque na luta antiditatorial. Ao mesmo tempo, defendendo os interesses das massas trabalhadoras, começaram a reorganizar o seu partido.

O seu esforço foi coroado de êxito: a queda da ditadura (1945) encontrou-os na vanguarda da luta antifascista e a democratização do país, possibilitando a legalidade do partido, agora dirigido por Prestes, deu ao PCB a dimensão de um grande partido nacional. Entre 1945 e 1947, os comunistas brasileiros tiveram uma importante atuação na política legal da nação e adquiriram uma experiência que lhes seria muito útil nos anos seguintes.

Mas o período da Guerra Fria teve imediatas repercussões no Brasil. A primeira das suas manifestações foi, precisamente, a ilegalização do PCB, sob o governo Dutra. Entre 1947 e 1948, perseguido, o partido teve que voltar à clandestinidade, da qual, de fato, mas não de direito, só sairia cerca de uma década depois. Justamente nestes anos é



que o partido mais reproduz as concepções generalizadas pela autocracia stalinista.

Trata-se de uma etapa em que, sem analisar a concreta realidade nacional, o PCB propõe fórmulas políticas inteiramente desvinculadas da situação brasileira. No domínio teórico, divulga os lugares-comuns do marxismo-leninismo. A sua organização interna passa a excluir a democracia, pautando-se pelo mandonismo e pela burocratização. Surge um verdadeiro "culto à personalidade" de Prestes ("culto" que, aliás, se beneficia da própria tradição política brasileira, sempre tendente a supervalorizar as lideranças personalistas — veja-se a saga dos caudilhos). Com propostas políticas sectárias, o partido se isola e o golpismo torna-se a tônica das suas intervenções. A velha "proletarização" ressurge e o partido desenvolve um autêntico obreirismo — política de mitificação do "operário" e de desprezo pelas questões teóricas e culturais.

Este é o quadro dominante até 1958, quando o PCB opera uma viragem na sua política e começa a romper com o seu dogmatismo (é claro que a influência do XX Congresso do PCUS foi importantíssima nesta viragem). Entretanto, é preciso explicitar que, subjacente à política oficial do partido, estreita e inadequada às condições brasileiras, as bases do partido estavam penetradas por uma experiência verdadeiramente popular e nacional — exatamente aquela adquirida entre 1945 e 1947.

A existência deste componente, ainda que aba-



fado pela linha oficial, somado à denúncia da autocracia stalinista iniciada pelo XX Congresso do PCUS, permitiu a viragem de 1958: o partido procurou superar o seu comportamento sectário e dogmático da década anterior. Entre 1957 e 1958, há grandes debates no interior do PCB, que culminam no V Congresso do partido.

Uma etapa mais avançada no processo de correção dos erros políticos anteriores, o PCB cumpriu-a com o seu VI Congresso (1967). Mesmo submetido à duríssima repressão do regime militar reacionário instaurado no país pelo golpe de 19 de abril de 1964, o PCB efetuou o seu congresso na clandestinidade e, então, formulou uma linha política mais flexível e que, concentrando a sua ênfase na revolução como resultante de uma ampla mobilização de massas, superou a sua tradição golpista.



## INDICAÇÕES PARA LEITURA

A bibliografia que, direta ou indiretamente, trata do fenômeno stalinista é vastíssima. Apenas para ajudar o leitor interessado na elaboração de um *programa inicial de leituras*, sugerimos o seguinte roteiro:

- a) uma obra que oferece uma visão panorâmica da Rússia, da Revolução de Outubro aos anos setenta: *História da U.R.S.S.* (Publicações Europa-América, Lisboa, 4 volumes, 1976), de Jean Elleinstein;
- b) um trabalho que propicia tanto o conhecimento biográfico de Stalin quanto do contexto sócio-político da sua atividade: *Stalin. História de uma Tirania* (Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2 volumes, 1970), de Isaac Deutscher;
- c) um livro que sintetiza as características gerais do



stalinismo: *Histoire du Phénomène Stalinien* (Ed. Grasset et Fasquelle, Paris, 1975), de Jean Elleinstein.

A interpretação oficial do fenômeno stalinista pelos soviéticos pode ser examinada nas edições posteriores a 1960 da *História do Partido Comunista da União Soviética*, obra coletiva disponível em vários idiomas. A análise do stalinismo por Trotski é acessível no seu texto *La Révolution Trahie* (Ed. UGE, col. 10/18, Paris, 1969); outra abordagem trotskista é a de Pierre Franck, *El Stalinismo* (Ed. Fontamara, Barcelona, 1979). A interpretação dos *comunistas conselhistas* — Korsch, Mattick, Pannekoek e outros — aparece no volume coletivo *La Contre-Révolution Bureaucratique* (Ed. UGE, col. 10/18, Paris, 1979). A base dos estudos desenvolvidos pelos comunistas italianos está expressa em alguns textos recolhidos na antologia de Palmiro Togliatti, *Socialismo e Democrazia* (Ed. Muro, Rio de Janeiro, 1980). Uma crítica importante e sintética à política cultural stalinista é a formulada por Georg Lukács, na *Carta sobre o Stalinismo* (Ed. Seara Nova, Lisboa, 1978). Uma análise polêmica e sofisticada do fenômeno stalinista encontra-se na obra de R. Bahro, *A Alternativa* (Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980). Para a compreensão das influências internacionais do stalinismo, é fundamental o conhecimento da obra de Fernando Claudín, *La Crise du*



*Mouvement Communiste* (Ed. F. Maspero, Paris, 2 volumes, 1972). Enfim, deve-se consultar o conjunto de análises contidas nas várias obras de I. Deutscher, especialmente a trilogia sobre Trotski (*O Profeta Armado, O Profeta Desarmado e O Profeta Banido*) e *Ironias da História e A Revolução Inacabada* – todas publicadas pela Ed. Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro.

Indicações sobre as influências do stalinismo na política dos comunistas brasileiros são disponíveis no livro *Os Comunistas e a Democracia no Brasil* (Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1980), de Leandro Konder, e na *Breve História do PCB* (Liv. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1981), de J. A. Segatto. Outras informações pertinentes estão contidas na entrevista de Salomão Malina, "Problemas Histórico-Políticos do PCB", publicada no volume 10 de *Temas de Ciências Humanas* (Liv. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1981), na introdução de M. Zaidan ao volume *Construindo o PCB* (Liv. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1980), coletânea de artigos de Astrojildo Pereira, e no capítulo V da tese *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil*, apresentada em 1980 à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas) por Ricardo Antunes.



## Biografia


José Paulo Netto nasceu em 1947 (Juiz de Fora, MG). Professor universitário da área de Ciências Sociais, lecionando atualmente na PUC/SP, viveu alguns anos no exterior, trabalhando em universidades européias e latino-americanas. Tradutor de Marx, Engels e Lênin, é membro do conselho consultivo de revistas de cultura e política. Dentre os seus trabalhos, citam-se: *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira* (em co-autoria, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974), *Desafío al Servicio Social* (em co-autoria, Ed. Humanitas, Buenos Aires, 1976), *PCB/1922-1982. Memória Fotográfica* (em co-autoria, Ed. Brasiliense, S. Paulo), 1982, *Lukács e a Crítica da Filosofia Burguesa* (Ed. Seara Nova, Lisboa, 1978), *Capitalismo e Reificação* (Liv. Ed. Ciências Humanas, S. Paulo, 1981) e *Lukács, o Guerreiro sem Repouso* (col. "Encanto Radical", Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1983). Preparou também os volumes *Lukács, Stálin e Engels* para a coleção "Grandes Cientistas Sociais" (Ed. Ática, S. Paulo, 1981 e 1982).

---

### Caro leitor:

Se você tiver alguma sugestão de novos títulos para as nossas coleções, por favor nos envie. Novas idéias, novos títulos ou mesmo uma "segunda visão" de um já publicado serão sempre bem recebidos.





---

O atraso econômico e as heranças czaristas eram fatores presentes na União Soviética dos anos 20. Neste contexto, o fenômeno stalinista surgiu como expressão da hegemonia dos burocratas dentro do partido. Stalin estava certo em defender o socialismo num só país? Ou teria traído os ideais revolucionários? O **Stalinismo** foi necessário ou foi a imposição dos interesses de uma elite? E nos dias atuais, quando o rótulo de stalinista é elogio para uns e ofensa para outros, o que significa **Stalinismo**?

**editora brasiliense**